

Revista CreaPR

maio/jun 2014
nº 83



CREA-PR completa 80 anos

Conselho reforça representatividade frente a mais
de 80 mil profissionais paranaenses das áreas tecnológicas



ANOS
CREA-PR

E mais:

Entrevista com o presidente do Sistema Ocepar, engenheiro agrônomo João Paulo Koslovski

CREA-PR fiscaliza acessibilidade do transporte público

Prefeituras assumirão ativos da iluminação pública até o final de 2014

5



Giro de Novidades

Entidades de classe em foco

6



14



ENTREVISTA

Um gigante do cooperativismo paranaense

DESTAQUE

80 anos de representatividade



26



FISCALIZAÇÃO

Acessibilidade do transporte público

E+

Editorial	4
Resgate	12
Notas	21
Jurídico	25
Artigo	28
Safra	29
Agronomia	30
Profissão	32
Energia	34
Elétrica	35
Recursos	36
PCQ	38
CDER	39
Segurança do trabalho	40
Acessibilidade	41
Artigo	42

Procurando cursos na área de Engenharia?

Engenharias: Civil | Controle e Automação
Produção | Elétrica | Mecânica | Química

VESTIBULAR AGENDADO | INVERNO 2014

41 3090-9052 | www.sociesc.org.br/curitiba

Inscrições Abertas



#SOU UNISOCIESC

#SOU UNISOCIESC

Aqui tem FIES 100%



**Envie suas
sugestões,
perguntas,
dúvidas ou
críticas.**

**Sua opinião é importante.
Escreva através do link
Fale Conosco no site
www.crea-pr.org.br**

ERRATA

Na edição 82, na matéria sobre o 3º Seminário Internacional de Acessibilidade, quem patrocinou a presença das conselheiras do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Deficiente de Guarapuava foi a Associação dos Engenheiros Agrônomos de Guarapuava (AEAGRO), presidida pelo engenheiro agrônomo José Roberto Papi.

Ao contrário do divulgado na edição 82, o engenheiro agrônomo Robson Mafioletti é conselheiro do CREA-PR pela Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná - Curitiba. ▶



Atualização cadastral

O CREA-PR reforça a importância da atualização do cadastro de profissionais e empresas. A medida visa melhorar os canais de comunicação entre profissionais, empresas e o Conselho, permitindo maior agilidade no fluxo de informações e atendimentos. Para efetuar o procedimento, basta acessar o site do CREA-PR (www.crea-pr.org.br) e fazer o login na área “Serviços On line”.

Caso você não queira mais receber a revista impressa ligue para 0800-410067 ou acesse o “Serviços On line” em www.crea-pr.org.br

Esta edição da Revista do CREA-PR celebra uma data histórica. Os 80 anos da primeira sessão plenária do nosso Conselho, realizada em 11 de junho de 1934, na sede do Instituto de Engenharia do Paraná em Curitiba, presidida pelo engenheiro civil Flávio Suplicy de Lacerda. Desde então, nosso Conselho passou por muitas transformações, mas sempre com seu propósito original: resguardar o interesse público, a defesa da sociedade e promover a valorização de nossas profissões.

Procuramos retratar nesta edição os principais momentos da história do CREA-PR. Ao longo deste ano, já realizamos alguns eventos para marcar a data, como uma homenagem aos conselheiros com mandato em 2014, que tiveram seus nomes eternizados em uma placa comemorativa. Também fomos homenageados na Assembleia Legislativa, numa iniciativa do deputado estadual, engenheiro agrônomo Rasca Rodrigues. Eventos no interior também estão sendo realizados, descentralizando as celebrações.

Aproveito a oportunidade para abraçar os mais de 80 mil profissionais das Engenharias, da Agronomia, das Geociências, os Tecnólogos e os Técnicos registrados em nosso Conselho. Parabéns a todos os profissionais!

Uma boa leitura e até a próxima edição!

Presidente

Engenheiro civil Joel Krüger



Apoio:



Realização: Mamute Design
Rua Dr. Faivre, 750, 1101
Curitiba (PR) | (41) 3029-9890
www.mamutedesign.com



Rua Dr. Zamenhof, 35, Alto da Glória, Curitiba-PR, CEP 80.060-240
e-mail comunicacao@crea-pr.org.br | site www.crea-pr.org.br
Telefones (41) 3350-6700 ou 0800-410067

www.twitter.com/crea_pr www.facebook.com/creapr

DIRETORIA

Presidente

Engenheiro civil Joel Krüger

1º Vice-Presidente

Engenheiro agrônomo Orley Jayr Lopes

2º Vice-Presidente

Engenheiro civil Herivelto Moreno

1º Secretário

Engenheiro eletricista Jorge Irineu Demétrio

2º Secretário

Engenheiro mecânico Nelson Hidemi Okano

3º Secretário

Engenheiro civil Makihito Matsubara

1º Tesoureiro

Engenheiro civil André Luis Gonçalves

2º Tesoureiro

Engenheira civil Janilce Dos Santos Negrão Messias

Diretor Adjunto

Engenheiro agrônomo Irineu Zambaldi

CÂMARAS ESPECIALIZADAS

Câmara Especializada de Agronomia

Coordenador: Engenheiro Agrônomo Daniel Roberto Galafassi

Câmara Especializada de Engenharia Civil

Coordenador: Engenheiro Civil Luiz Capraro

Câmara Especializada de Engenharia Elétrica

Coordenador: Engenheiro Eletricista Sérgio Luiz Cequinel Filho

Câmara Especializada de Engenharia Mecânica e Metalúrgica

Coordenador: Engenheiro Mecânico Sérgio Yassuo Yamawaki

Câmara Especializada de Engenharia Química, Geologia e Minas

Coordenador: Engenheiro Químico Luiz Eduardo Caron

Câmara Especializada de Engenharia de Segurança do Trabalho

Coordenador: Engenheiro de Segurança do Trabalho Antonio Cezar Carvalho Benoliel

CONSELHO EDITORIAL

Eng. Civ. Joel Krüger (PRESIDENTE/MEMBRO NATO), Eng. Agr. Orley Jayr Lopes (CEA), Eng. Civ. Maria Felomena Alves de Oliveira Sandri (CEEC), Eng. Electr. Sérgio Luiz Cequinel Filho (CEEE), Eng. Quím. Ivo Brand (CEEQEM), Eng. Mec. João Carlos Motti (CEEMM), Eng. Seg. Trab. Antonio Cezar Carvalho Benoliel (CEEST), Eng. Eletric. Wilson Sachetin Marçal (COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL), Eng. Electr. Rolf Gustavo Meyer (OUVIDOR DO CREA-PR) e Geógrafo Sérgio Leite (INDICAÇÃO DA DIRETORIA)

Coordenação **Felipe Augusto Pasqualini**
Editora **Daniela Licht**
Editora-adjunta **Adriana Mugnaini**

Reportagem **Adriana Mugnaini, Ana Maria Ferrarini, Felipe Augusto Pasqualini e Cristina Luchini**
Fotos **Felipe Augusto Pasqualini, Vandré Dubiela, Divulgação e Stockphotos**
Pesquisa **Heloisa Camargo**
Arte **Marcus Brudzinski**
Editor de imagens e ilustrações **Rafael Camargo**
Diagramação **Angélica Francisco**
Jornalista responsável **Daniela Licht - MTB 3791/15/15v**
Impressão **Comunicare**
Departamento comercial **Publicidade: (41) 3019-3717 | E-mail: creapr@sec-estrategias.com.br**
Tiragem **60 mil exemplares**

Ultra-Ever Dry

Chega ao Brasil o Ultra-Ever Dry, revestimento superhidrofóbico (água) e oleofóbico (hidrocarbonetos) que repele quase todos os líquidos. Com uso de nanotecnologia exclusiva para revestir um objeto e criar



uma barreira de ar em sua superfície, essa barreira repele água, óleo refinado, concreto úmido e outros líquidos, como nenhum outro revestimento. O Ultra-Ever Dry possui uma aderência e uma resistência à abrasão muito maiores em comparação com as tecnologias anteriores, permitindo que ele seja usado em aplicações nas quais é necessária uma maior durabilidade. Entre suas características, está o fato de ser antiu-mectante, anticorrosivo, anticongelante, anticontaminação, autolimpante e estender a vida útil do produto. Mais informações: www.faytec.com.br

Engenharia de Energias Renováveis da UNILA **Apoio ao profissional**

A Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA), de Foz do Iguaçu, criou em 2010 o curso de Engenharia de Energias Renováveis, com ênfase à formação técnico-científica e visão sistêmica dos processos que envolvem a conversão, transporte e uso da energia. De modalidade presencial e integral e um total de 4.320 horas (entre teóricas, práticas e atividades complementares), o curso oferece 50 vagas anuais para brasileiros e estrangeiros de outros países da América Latina. Informações no site www.unila.edu.br/cursos/energias-renovaveis ou pelo e-mail engenharia.er@unila.edu.br



O CREA-PR disponibiliza em seu site um portal que serve para consulta aos profissionais da Engenharia, Agronomia e Geociências que atuam no serviço público. Entre as informações estão cursos e eventos direcionados aos profissionais, auditorias em obras públicas, cooperação e convênios, ética no serviço público, fiscalização e licitações, entre outros.

O portal pode ser acessado no menu inicial do site www.crea-pr.org.br. Sugestões podem ser enviadas para o e-mail apoioservico-publico@crea-pr.org.br

Gerenciamento de resíduos sólidos

O ePGRS (plano de gerenciamento de resíduos sólidos) é um sistema de inovação tecnológica, totalmente online, de custo acessível que permite aos profissionais elaborar laudos técnicos para destinação do lixo residual de suas empresas. É

um software inovador, que reúne normas técnicas e um banco de dados de mais de dois mil tipos de resíduos.

Baseado na Lei Federal nº 12.305/2010 – que prevê a não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e a disposição final adequada e sustentável –, o ePGRS otimiza a produtividade das empresas e contribui para a preservação do meio ambiente, buscando reduzir os impactos ambientais gerados na atualidade. Mais informações pelo telefone (41) 3016-6244 ou no site www.epgrs.com.br



Wall-Fix

O empresário Sergio Wicher desenvolveu a Wall-Fix, massa para construção civil que atua duas vezes mais rápido que os demais modelos, pela metade do custo do valor de mercado. O produto garante a liga em dez segundos e secagem em 24 horas. Informações: (41) 3376-3917 ou www.fachadasrevestimentos.com.br

Por Daniela Licht

Com colaboração da rede de Comunicação do CREA-PR

Fotos: Divulgação

Entidades conseguem representação no Plenário do CREA-PR

A Associação Regional dos Engenheiros Agrônomos de Umuarama (AREAU), a Associação Platinense de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (APLA) e a Associação dos Engenheiros do DER-PR conseguiram o registro e respectiva representação no Plenário do CREA-PR, com uma vaga de conselheiro cada.

“A conquista de uma vaga foi um marco que coroou os es-

forços e as expectativas de muitos anos dos associados da APLA”, comemora o presidente da entidade, engenheiro mecânico e de segurança do trabalho Wladimir Edison Fonseca. “A AREAU nunca teve um conselheiro e temos que agradecer ao presidente Joel, que auxiliou de maneira decisiva no processo. Após a sua visita à entidade, falamos de nossas dificuldades e ele ajudou nesta demanda”, fala a presidente da AREAU, engenheira agrônoma Marcia Laino. ■

Presença na 10ª EletroMetalCon 2014

O CREA-PR participou com um stand da 10ª EletroMetalCon 2014-Feira Eletromecânica e Construção Civil, realizada em maio em Londrina e que reuniu empresários do circuito nacional demonstrando o que há de excelência em equipamentos, máquinas, ferramentas e serviços direcionados aos segmentos da metalúrgica, mecânica, elétrica, eletrônica e da construção civil.

A feira, considerada a grande mostra nacional de inovação tecnológica, foi promovida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em Londrina, junto com o Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Londrina (Sindimetal Londrina) e com o Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Norte do Paraná (Sinduscon Norte/PR). ■

Reunião do CDER em destaque em Londrina

O presidente do CREA-PR, engenheiro civil Joel Krüger, acompanhou a reunião da Regional Londrina do Colégio de Entidades Regionais (CDER) do CREA-PR, a primeira sob o comando do novo coordenador, o engenheiro civil Nilton Batista Prado, presidente da Assoc. Norte Pioneiro de Engenheiros Civis (ANPEC), e com 100% de presença dos representantes das entidades que compõem o Colégio. “Agora a Engenharia no interior do Estado está sendo realmente reconhecida”, sentencia Prado.

“A implantação do Colégio foi uma das grandes prioridades estabelecidas em

minha gestão. Seu grande benefício é reunir todas as entidades organizadas, discutindo os temas que elas pautam. E sobre tudo o que é discutido e registrado como proposta a devolutiva é obrigatória para as entidades, o que garante um retorno, seja ele positivo ou negativo”, diz Krüger.

Participaram da reunião representantes da Assoc. dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos da Região de Bandeirantes (AEABAN), Assoc. dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Cambé (AEAAC), Assoc. dos Engenheiros Agrônomos de Cornélio Procópio (AEACP), Assoc. dos

Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos do Norte Pioneiro (AEAANP), Assoc. dos Engenheiros Agrônomos de Londrina (AEA-LD), Clube de Engenharia e Arquitetura de Londrina (CEAL), Sindicatos dos Engenheiros do Paraná – Londrina (SENGE Londrina), Assoc. Platinense de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (APLA), Assoc. Regional de Engenharia e Arquitetura de Ibaiti (AREA-Ibaiti), Assoc. Norte Pioneiro de Engenheiros Civis (ANPEC), Assoc. Profissional dos Engenheiros e Arquitetos da Região de Cornélio Procópio (APEAR-CP) e Mútua. ■

Ética nas entidades de classe do Oeste

O CREA-PR promoveu em maio nas entidades de classe da região Oeste uma palestra sobre Ética, proferida pelo assessor da Comissão de Ética do Conselho, Paulo Markovicz.

“Saliento a importância da palestra diante de um tema de tamanha rele-

vância, que engloba os princípios e disposições que balizam as ações humanas”, diz o presidente da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Cascavel (AEAC), engenheiro civil Ricardo Rocha. A palestra sobre ética foi realizada ainda na Universidade Estadual do

Oeste (Unioeste), Associação Regional dos Engenheiros Agrônomos de Cascavel (AREAC), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR/Toledo) e na Associação Regional dos Engenheiros e Arquitetos de Marechal Cândido Rondon (AREA-MC). ■

ENARQ reúne profissionais de Foz do Iguaçu e região

Representantes das entidades de classe da região Oeste aproveitaram um dia de muita diversão e confraternização. Tudo por conta do XXXIII Enarq, o Encontro das Associações de Engenheiros e Arquitetos da Região Oeste, organizado pela Associação dos Arquitetos, Agrônomos e Engenheiros de Foz do Iguaçu (AEFI). O evento reuniu cerca de 130 profissionais e familiares e contou com a presença do presidente Krüger, e do presidente do CONFEA, engenheiro civil José Tadeu da Silva. “Esse momento é único e comprova a harmonia existente entre as entidades de classe”, destaca Krüger. “Fico satisfeito em verificar a participação dos profissionais, que não mediram esforços para se deslocar de seus



municípios e passar um dia de descontração em Foz do Iguaçu”, agradeceu o presidente da AEFI, Leandro Costa. ►

ASSEFI defende valorização profissional com prefeito de Realeza



Associação dos Engenheiros da Fronteira do Iguaçu (ASSEFI) promoveu no final de abril uma Agenda Parlamentar na Prefeitura Municipal de Realeza. Em audiência com o prefeito Milton Andreolli, os representantes da entidade e do CREA-PR cobraram a necessidade do aumento do número de profissionais no quadro técnico, bem como o cumprimento do Salário Mínimo Profissional (SMP). “Falamos sobre a importância da valorização do profissional da Engenharia e Agronomia e também sobre a criação de um departamento através de concurso público, oferecendo o SMP”, fala a presidente da ASSEFI, engenheira civil Regina de Toni. “Este departamento é muito importante, pois os trâmites burocráticos para obtenção de recursos para as prefeituras é complexo, e um profissional com expertise seria fundamental para o sucesso deste processo”, garante. ►

AREA-PB leva informação aos associados pela tv

Através de um programa televisivo semanal, intitulado Construção na Área, a Associação Regional dos Engenheiros e Arquitetos de Pato Branco (AREA-PB) divulga desde 2009 informações sobre a entidade e as diferentes áreas da Engenharia. Entre os entrevistados, o programa já conversou com a engenheira de materiais Maria Nalu Verona, que contou sobre as especificidades de sua área de atuação. “Nossa diretoria tem como foco a valorização dos profissionais precursores nas áreas de abrangência da Associação”, explica o presidente da entidade, engenheiro químico William César Pollonio Machado. Todas as entrevistas podem ser acessadas no site: www.areapb.org.br ►



Presidente do CREA-PR ministra aula magna em Ponta Grossa

O presidente Krüger ministrou uma aula magna para cerca de 150 estudantes dos cursos de Engenharia do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais (CESCAGE), nas dependências da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Ponta Grossa (AEAPG). Além dos alunos, o encontro contou com a presença de coordenadores dos cursos, professores da faculdade, inspetores, gerente Regional do CREA-PR, entre outros profissionais. “O CREA-PR é um grande defensor dos profissionais e, graças aos conselhos, as profissões amadurecem e

se consolidam, passando a dar maior valor aos profissionais”, diz o coordenador geral pedagógico do CESCAGE, professor Antonio Carlos Schafranski. Em sua fala, Krüger abordou os principais problemas encontrados nas cidades que dizem respeito à infraestrutura dos 5.561 municípios no Brasil, tais como saneamento básico, mobilidade urbana, sistema viário, calçadas e habitação. “Todas as cidades possuem problemas, e isso significa mercado de trabalho para o profissional das Engenharias atuar e criar soluções. Temos o que é

fundamental para gerar negócios, a carência de infraestrutura nos municípios”, argumentou o presidente. “A aula contribui para que, desde cedo, os alunos já aprendam sobre a importância da atuação com habilitação e suas implicações legais. O panorama sobre a profissão também é salutar para que eles tomem conhecimento das dificuldades e perspectivas do mercado de trabalho”, acrescentou o inspetor do CREA-PR e representante da pasta Relações Estudantis da AEAPG, Jairo Amado Amin. ■

CREAjr-PR promove integração entre Conselho e Academia em Ponta Grossa

Os membros dirigentes do programa CREAjr-PR dos cursos da Regional Ponta Grossa realizaram um excelente trabalho no primeiro semestre do ano, promovendo inúmeras palestras inseridas na pauta mínima dentro das instituições de ensino.

Entre elas, a palestra ministrada aos

alunos do primeiro e do quinto ano de engenharia civil da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) sobre a função do conselheiro regional, as atividades da Câmara Especializada de Engenharia Civil (CEEC) do CREA-PR, o funcionamento do Sistema CONFEA/CREA, emissão de Anotações de Responsabilidade Técnica

(ART), entre outros. “Considero muito importante esse contato dos alunos com o CREA-PR, seja para a integração da universidade com o Conselho ou para o esclarecimento da atuação do Sistema CONFEA/CREA na defesa da sociedade”, diz a professora Gabriela Mazureki Campos Bahniuk, do Departamento de Engenharia Civil – Área Estrutural da UEPG.

“Os membros dirigentes da Regional Ponta Grossa já cumpriram 60% da pauta mínima de atividades a serem realizadas no ano, demonstrando o comprometimento da equipe e a sua capacidade de planejamento”, parabeniza o gerente da Regional Ponta Grossa do CREA-PR, engenheiro agrônomo Vander Moreno. ■



APES lembra data em memória das vítimas de acidente de trabalho

No dia 28 de abril, a Associação Paranaense dos Engenheiros de Segurança (APES) lembrou a data em memória às vítimas de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

“Não poderíamos deixar de expressar a nossa manifestação neste dia que mundialmente é dedicado à memória das vítimas de acidentes e doenças do

trabalho”, diz o presidente da APES, engenheiro de segurança do trabalho Flávio Freitas Dinão.

A data surgiu no Canadá por iniciativa do movimento sindical, espalhando-se por diversos países, por meio de sindicatos, federações, confederações locais e internacionais. O dia foi escolhido em razão de um acidente que matou

78 trabalhadores em uma mina no Estado da Virgínia (Estados Unidos), em 1969. Desde 2003, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) consagra este dia à reflexão sobre a segurança e saúde no trabalho. “No Paraná, em 2012, tivemos 395 vítimas fatais. Em 2013, o número pulou para 423”, alerta Dinão. ■

Defesa da profissão em pauta na UNICENTRO



Uma mesa redonda com representantes do CREA-PR, Associação dos Engenheiros Agrônomos de Guarapuava (AEAGRO) e o Sindicato dos Engenheiros do Paraná (SENGE-PR) debateu a defesa da profissão aos acadêmicos do quinto ano de Agronomia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). O debate ocorreu dentro da disciplina de Deontologia da Agronomia, ministrada pelo professor e

médico veterinário Jorge Luis Favaro, e integrou a pauta mínima do programa CREAjr-PR.

“Esse trabalho de orientação profissional e sobre associativismo, a AEAGRO desenvolve com os acadêmicos de Agronomia há seis anos”, relatou o presidente da AEAGRO, engenheiro agrônomo José Roberto Papi, que explanou sobre história, as atribuições do profissional e o associativismo.

“Por que temos de nos submeter a

um conselho? Porque escolhemos exercer uma profissão regulamentada por lei. Todo direito dado a alguém tem, em contrapartida, deveres. Para cuidar disso, o Estado Brasileiro criou os conselhos profissionais. Não existe profissão regulamentada sem um conselho profissional específico para fiscalizar o exercício dessas profissões”, explicou o superintendente do CREA-PR, engenheiro agrônomo Celso Ritter, que falou sobre o Sistema CONFEA/CREA, suas funções e competências. A explanação foi dividida entre o conceito de conselho, o motivo da sua existência, como atua e realiza a fiscalização do exercício profissional.

“Espaços como esse são importantes para que o acadêmico, após se formar, não saia direto para o mercado de trabalho sem saber a quais entidades vai responder e que irá representá-lo diretamente”, comentou o presidente do SENGE-PR, engenheiro electricista Ulisses Kaniak. ▀

CREA-PR e AENVAPI discutem plano diretor de Laranjeiras do Sul

O CREA-PR e a Associação dos Engenheiros do Vale do Piquiriguaçu (AENVAPI) participam das audiências públicas para a elaboração do plano diretor de Laranjeiras do Sul. O último encontro, realizado na Associação Comercial e Empresarial de Laranjeiras do Sul (ACILS), tratou do anteprojeto de lei de uso e ocupação dos solos.

“Temos participado ativamente da revisão do plano diretor do município. Entre as sugestões dadas estão aspectos técnicos, como recuos de obras de Engenharia, taxa de ocupação do solo e a postura diante das áreas de preservação permanente”, diz o presidente da entidade, engenheiro civil Gerson Luiz Bol-



drini. “Toda a discussão norteará o trabalho dos engenheiros, porque definirá como serão conduzidos os aspectos pertinentes à elaboração e execução de um projeto por parte

do profissional”, ressalta.

As audiências públicas continuam discutindo outros temas, como código de posturas, código de obras, dentre outras leis anexas ao plano diretor. ▀

AEARN inicia comemorações dos seus 30 anos de atividade

A Associação de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Rio Negro (AEARN) completa 30 anos de atividade em 2014 e planeja para final de novembro um grande evento comemorativo a ser prestigiado pelos seus mais de 150 associados.

“Este evento regional contará com a participação de profissionais do Planalto Norte Catarinense (Joinville, São Bento do Sul, Rio Negrinho, Canoinhas e Mafra) e da Regional Curitiba do CREA-PR”, avisa o presidente da entidade, engenheiro civil Rogério Pinto Pinheiro. “Além disso, queremos promover um evento que permita uma maior aproximação com o jovem universitário, abordando temas como a ausência de

planejamento de médio e longo prazo em obras estruturantes, o ensino da Engenharia nas escolas, formação, atribuições e habilidades”, acrescenta.

Ainda para este ano, a AEARN pretende concluir a construção da nova sede social da entidade, também um marco importante. “Com as alterações na Resolução nº 1032, acreditamos que a entidade ganhará novo fôlego, se modernizando, promovendo encontros técnicos e fortalecendo o cooperativismo entre seus profissionais”, conclui Pinheiro. ■

AEAA apresenta propostas na revisão do plano diretor de Apucarana

A Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Apucarana (AEAA) apresentou várias propostas na audiência pública que discutiu a revisão do plano diretor de Apucarana. O evento, que reuniu vários segmentos organizados da sociedade, foi aberto a sugestões para análise do Instituto de Desenvolvimento, Pesquisa e Planejamento de Apucarana (Ideplan).

Apesar de ser favorável a expansão da verticalização, a AEAA considera ampla a abrangência das novas áreas que passam a ter permissão para construir prédios. A entidade de classe propôs também a definição e construção de vias de interligações de bairro; definição de área para o novo Centro Administrativo do município; a criação de novos centros nos bairros; formalização e definição de critérios para pavimentação dos novos loteamentos e de construções geminadas e a criação de

mecanismos para construção de kitnetes próximas às faculdades.

A AEAA ainda se posicionou em relação a um dos pontos mais polêmicos previstos na revisão do plano diretor apresentado pelo Ideplan: a exigência de elevador em prédios de até quatro andares (térreo mais três pavimentos). De acordo com a associação, a exigência deveria se restringir à construção do poço do elevador, e não da instalação do elevador.

“Estamos acompanhando e participando da revisão do plano diretor. Nossas propostas foram amplamente debatidas, sempre com o objetivo de contribuirmos visando o desenvolvimento do município. A associação está à disposição da prefeitura para novas discussões e para colaborar neste processo”, afirma o presidente da AEAA, engenheiro de computação Alcides Vicente Júnior. ■

Arapongas discute recuperação do Parque dos Pássaros

A Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Arapongas (ASENARAG) participa ativamente da discussão da recuperação do Parque dos Pássaros, localizado no município, como na audiência pública realizada em maio.

“Representamos a entidade no debate e também cobrimos o tema para o programa Engenharia na TV, produzido pela ASENARAG com o apoio do CREA-PR”, diz o diretor da entidade, engenheiro electricista e de segurança no trabalho Fauzi Geraix Filho. “Levantamos a necessidade da presença dos profissionais do Sistema em obras e manutenções referentes ao Parque. Agora aguardamos novo pronunciamento da Prefeitura Municipal”, acrescenta.

“O primeiro objetivo foi alcançado, que é mobilizar a so-

cidade. O foco central deve ser o da ocupação do Parque pela comunidade”, comenta o secretário municipal do Meio Ambiente, Vanderlei Sartori Júnior. A pista de caminhada já foi recuperada e recebeu pintura de sinalização e, nos últimos dias, o Parque passou por roçagem e limpeza. “Agora precisamos investir na iluminação, na recuperação dos sanitários e em outras melhorias”, afirma.

Os moradores pedem iluminação, despoluição das águas do lago e soltura de peixes, a transferência de órgãos públicos para o local, principalmente da Guarda Municipal e da Secretaria do Meio Ambiente, reabertura da ilha para visitação por parte das crianças e a volta das oficinas de arte nos barracões abandonados da antiga garagem municipal. ■

Agenda Parlamentar pede celeridade na aprovação de projetos em Maringá

Representantes do CREA-PR e de entidades de classe da Regional Maringá participaram de uma reunião da **Agenda Parlamentar com o prefeito Carlos Roberto Pupin e secretários municipais**. Acompanhados pelo presidente Krüger, apresentaram propostas de melhorias aos trabalhos na área técnica da administração municipal.

“Entendemos a preocupação da prefeitura em oferecer qualidade e segurança a todos os empreendimentos da cidade. No entanto, é necessário entender que, se não houver agilidade, o processo não anda, impedindo o crescimento econômico”, diz o presidente do CREA-PR.

O prefeito e sua equipe receberam um caderno de reivindicações, apontando seis itens com sugestões de melhorias (veja na revista eletrônica).

“Sabemos que há casos onde os projetos demoram meses ou até anos para serem aprovados. Isso leva, muitas vezes, à ilegalidade, pois, devido à morosidade, muitos proprietários optam por iniciar suas obras sem o alvará de construção”, comenta o diretor geral do Sindicato dos Engenheiros do Paraná (Senge-PR), da Regional Maringá, engenheiro civil Samir Jorge.



“Além disso, muitos desses projetos são analisados por leigos, ou seja, pessoas sem a



qualificação necessária para o serviço”, acrescenta o presidente da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Maringá (AEAM), engenheiro civil Nivaldo Barbosa de Lima.

“Sugerimos ao prefeito a municipalização do licenciamento ambiental, e que isso seja feito por profissionais da área, com o devido conhecimento técnico necessário”, fala o presidente da Associação Maringaense de Engenheiros Agrônomos (AMEA), engenheiro agrônomo Nilson Cardoso.

“Nossa administração não quer ser um empecilho na construção de empreendimentos na cidade, ao contrário. Vamos estreitar os diálogos para caminharmos juntos na melhor direção”, fala Pupin.

Também participaram da reunião membros do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Noroeste do Paraná (Sinduscon-NOR), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Sociedade Rural de Maringá (SRM), Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (Seab) e Emater,

Veja as propostas da Carta de Reivindicações de Maringá entre outros. ►

Entidades de classe e instituições de ensino se destacam nas reuniões de inspetoria da Regional Maringá

Direcionadas a inspetores, conselheiros, dirigentes de entidades de classe, coordenadores de curso de instituições de ensino relacionadas ao Sistema CONFEA/CREA, membros dirigentes do CREAjr-PR e profissionais interessados, as reuniões contribuem de forma relevante ao planejamento e avaliação dos resultados das ações de valorização profissional. O envolvimento e a realização das reuniões nas sedes das



Entidades de Classe e Instituições de Ensino contribuem significa-

tivamente para seu sucesso.

“Esse pioneirismo permite uma grande integração e aproximação entre os profissionais”, comenta o presidente da Associação Regional de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Cianorte (AREARC), engenheiro civil Luis Fabiano Calderoni. “Com esta parceria e as participações nestes encontros, a entidade se torna importante e valorizada por caminhar sempre em conjunto com o Conselho de seus associados”, conclui.

“O CREA-PR é um forte parceiro do SENAI em diversas iniciativas. A estrutura e equipe do SENAI/Cianorte es-

tarão sempre de portas abertas para recepcionar reuniões tão importantes como esta”, frisa o engenheiro Marcos Antonio Pintor Junior, coordenador do curso Técnico em Metalmeccânica e Eletrotécnica da instituição.

“Em Umuarama, sempre colocamos a AEANOPAR à disposição para sediar estes debates, pois se tratam de estratégias fundamentais à valorização profissional. E, simultaneamente, apresentamos a entidade a todo público convidado, fortalecendo-a perante a sociedade profissional”, ressalta o presidente da entidade, engenheiro civil Jerson Leski. ►

Leia mais na revista eletrônica

A força do cooperativismo no Paraná

Ocepar registra 231 cooperativas, que geram mais de 70 mil empregos no Estado

Por Adriana Mugnaini

Baseado na doutrina e filosofia cooperativista internacional e agrupando cerca de 1 milhão de associados, o cooperativismo paranaense tem suas raízes nos pioneiros esforços cooperativistas das comunidades de imigrantes europeus, que procuraram organizar suas estruturas de compra e venda em comum, além de suprir suas necessidades de consumo, eletrificação rural e crédito através de sociedades cooperativistas. Participando dos diversos ciclos econômicos do Paraná, as cooperativas expandiram as fronteiras agrícolas e passaram a se desenvolver também no meio urbano nas áreas da saúde, trabalho, turismo, crédito, consumo, educação e habitação. As 231 cooperativas registradas na Ocepar (Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná) integram mais de 2,5 milhões de paranaenses que participam do desenvolvimento econômico e social do Paraná. Geram 1,7 milhão postos de trabalho e reúnem os mais diversos segmentos econômicos, no campo e na cidade.

O Sistema Ocepar é formado por três sociedades distintas, sem fins lucrativos que se dedicam à representação, fomento, desenvolvimento, capacitação e promoção social das cooperativas paranaenses. São elas: Ocepar, Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop/PR) e Federação e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Fecoopar).

Saiba mais sobre o Sistema Ocepar

AOcepar foi criada em 2 de abril de 1971 e tem como missão representar e defender os interesses do sistema cooperativista paranaense, bem como prestar serviços adequados ao pleno desenvolvimento das cooperativas e de seus integrantes. Desde 2007, a Ocepar passou também a exercer funções de sindicato patronal das cooperativas paranaenses e é a unidade da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) no Estado do Paraná.

O SESCOOP Paraná, órgão estadual do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, passou a funcionar no Paraná em 21 de setembro de 1999. Tem personalidade jurídica de direito privado e atua no monitoramento,

na formação profissional e promoção social no âmbito das cooperativas paranaenses. É um importante instrumento de modernização empresarial das sociedades cooperativas, aumentando a agilidade e competitividade no mercado e contribuindo para a capacitação e integração social dos dirigentes, cooperados, jovens, colaboradores e familiares.

A Fecoopar é uma entidade que congrega os sindicatos patronais de cooperativas. Apóia os sindicatos filiados nas ações de natureza trabalhista, mediante análises de pautas de reivindicação, oferecimento de contraproposta, negociação e fechamento de acordos e convenções coletivas de trabalho.

Hoje o sistema representa 10 dos 13 ramos do cooperativismo bra-

sileiro, ou seja: agropecuário, saúde, crédito, educacional, consumo, infraestrutura, habitacional, trabalho, transporte, turismo e lazer. No ramo agropecuário são 80 entidades que respondem por cerca de 56% da economia do agronegócio regional. Em 2013, as cooperativas agropecuárias do Paraná fecharam seu ano contábil com um faturamento da ordem de R\$ 46,10 bilhões. Setor que participa de forma direta em todo o processo de produção, beneficiamento, armazenamento e industrialização agropecuário, fazendo com que o cooperado seja um agente ativo no mercado interno e externo, bem como nas ações sociais em sua comunidade. ▀



Veja na revista eletrônica do CREA-PR os indicadores do cooperativismo de 2003 a 2013

PRINCIPAIS INDICADORES DO COOPERATIVISMO



MUNDO

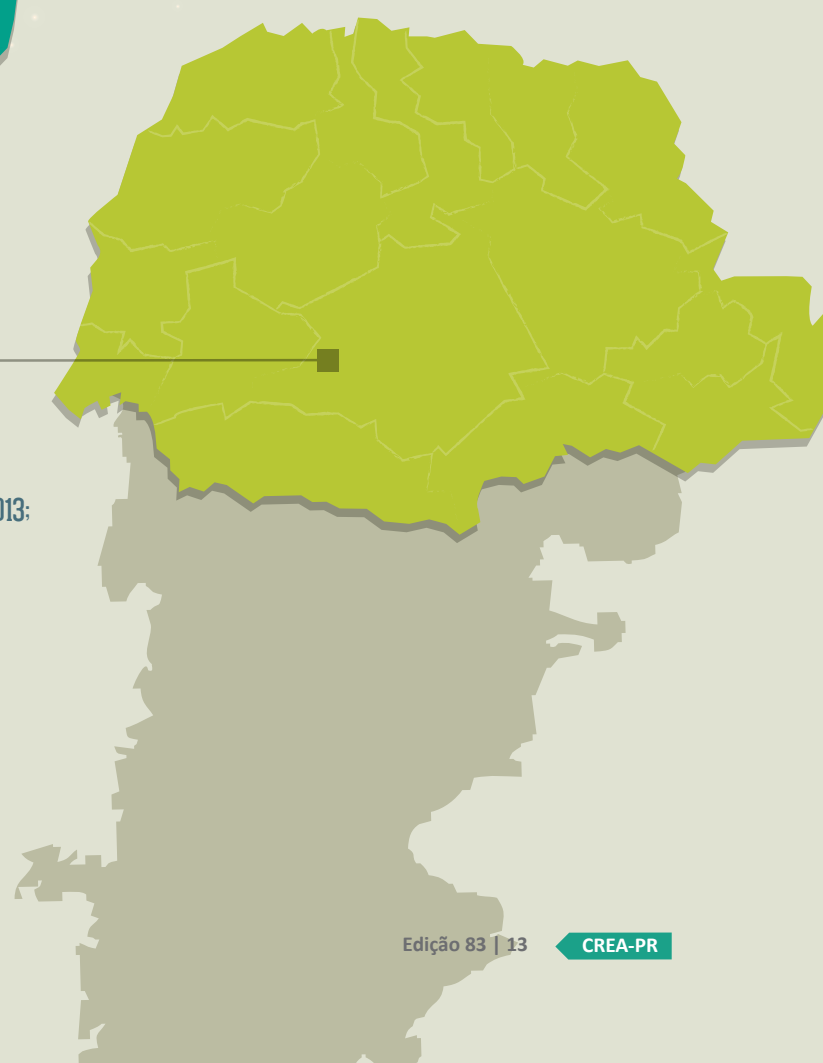
- **1 BILHÃO** de cooperados;
- **100 MILHÕES** de empregos;
- **100** países;
- **US\$ 1,6 TRILHÃO** movimentação econômico-financeira das **300** maiores cooperativas do mundo.

BRASIL

- **27 UNIDADES** estaduais;
- **11 MILHÕES** de cooperados;
- **6.603** cooperativas;
- **322 MIL** empregos;
- **US\$ 6 BILHÕES** em exportação.

PARANÁ

- **231 COOPERATIVAS** registradas na Ocepar;
- **RS 46 BILHÕES** em faturamento;
- **72 MIL** empregos diretos, dos quais 5 mil gerados em 2013;
- **1 MILHÃO** de cooperados, sendo 145 mil novos em 2013;
- **RS 1,8 BILHÃO** de resultados gerados;
- **RS 1,2 BILHÃO** em impostos recolhidos;
- **RS 40 MILHÕES** em investimentos ambientais;
- **RS 7,15 MILHÕES** investidos na comunidade;
- **RS 2,16 BILHÕES** em novos investimentos;
- **US\$ 2,4 BILHÕES** em exportações.
- **151 MIL** participações em treinamentos do Sescoop/PR.



Um gigante do cooperativismo paranaense

Saiba mais sobre o Sistema Ocepar na entrevista com o presidente da entidade, João Paulo Koslovski

Por Adriana Mugnaini



Divulgação

O Sistema Ocepar contribui com 18% do PIB paranaense e gera 1,7 milhão de postos de trabalho no Estado. Com números tão impressionantes quanto a sua própria atuação, a Ocepar, o Secoop/PR e a Fecoopar não trazem benefícios apenas aos cooperados, mas toda a sociedade recebe os reflexos do engajamento do Sistema. Para explicar um pouco mais sobre esta influência e a sua importância na história do Paraná, a Revista do CREA-PR entrevista o presidente da Ocepar, engenheiro agrônomo João Paulo Koslovski.

Revista do CREA-PR - Quais foram os principais desafios do Sistema Ocepar ao longo da sua existência? E quais são os atuais?

João Paulo Koslovski - O Sistema Ocepar tem sido um fiel defensor dos interesses das cooperativas e de seus cooperados, seja no âmbito do governo estadual ou federal. Dentre os principais desafios está a redução da altíssima carga tributária que penaliza sobremaneira as cooperativas e todo o setor produtivo. Os gargalos de infraestrutura aliados ao seu elevado custo têm gerado muita preocupação e até mesmo prejudicado a nossa competitividade. No setor precisamos viabilizar a Lei Cooperativista, em discussão no Congresso Nacional, aprovar políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento do co-

operativismo e, em especial, fortalecer a atuação sistêmica, fomentando uma maior interação e atuação estratégica entre as cooperativas. Também é preciso intensificar os processos de intercooperação e manter os investimentos na profissionalização. O processo de formação e de preparo das pessoas ligadas ao cooperativismo do Paraná avançou muito na última década através do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), mas a meta é intensificá-lo ainda mais.

Como o Sistema tem se apresentado à sociedade nos últimos anos?

Nessas mais de quatro décadas de existência, a Ocepar tem se destacado pelo seu trabalho em defesa do setor onde atua, mas também, em

causas de interesse da população paranaense. Participamos de forma efetiva com diversas entidades do setor produtivo, comércio, indústria, agricultura, transporte e de pequenas e médias empresas, apresentando propostas para que o poder público melhor invista em setores preponderantes como infraestrutura, logística, segurança, educação e saúde. Mas o grande diferencial é o forte investimento que fazem as cooperativas paranaenses no processo da gestão e profissionalização. Somente nos últimos 14 anos, com apoio do Sescoop Paraná, foram treinados mais de 1,2 milhão de pessoas, proporcionando uma evolução muito significativa em todo processo de modernização e evolução dos resultados para os cooperados.

Quais ações o Sistema Ocepar têm desempenhado junto aos gestores públicos? E quais os resultados obtidos?

São diversas e diárias junto aos gestores públicos no âmbito estadual e nacional. A exemplo do que tem acontecido nos sucessivos planos Safras, política para o trigo, obtenção de financiamentos específicos para o ramo agropecuário como o Prodecoop, Procap-Agro, Código Florestal, pleitos junto às Agências Nacionais de Energia (ANEEL) de Transporte (ANTT), presença constante no Congresso Nacional, com apoio da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop) em defesa dos interesses do cooperativismo. Historicamente, nossas cooperativas têm papel fundamental em levar as políticas públicas para as mais diversas regiões onde atuam. Os resultados são vislumbrados em nossa produção agropecuária e agroindustrialização do Estado, bem como nas áreas de saúde, crédito, transporte e muitas outras que as cooperativas atuam. Um bom exemplo pode ser muito bem observado na melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nos municípios onde as cooperativas atuam. Além de atender as demandas dos cooperados, as cooperativas são o equilíbrio econômico entre os diversos agentes que atuam no mercado, dando segurança aos negócios de seus cooperados e para os demais atores envolvidos e que, não necessariamente, participam diretamente de uma cooperativa. Estimamos que hoje, dos 11 milhões de paranaenses, cerca de 3 milhões são impactados por essas ações do cooperativismo.

Quais os principais benefícios para o cooperativismo em ter uma entidade atuante em sua defesa?

Os benefícios foram muitos nesses 43 anos da Ocepar, mas destaco que a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, o SESCOOP, é um deles. Entidade que nasceu como um divisor de águas entre o cooperativismo antes de 1999 e após. Outra conquista foi a implementação do Recoop (Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária) a partir da metade de década de 1990, permitindo que inúmeras cooperativas que se encontravam em dificuldades em função dos sucessivos planos econômicos, renegociassem suas dívidas, fortalecendo assim o setor. Também destaco a criação do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop), permitindo que tivéssemos recursos exclusivos para as cooperativas investirem no processo de infraestrutura e agroindustrialização, além do Procap-Agro e do Procap-Cred, que destinaram recursos de capital de giro para as cooperativas de crédito e agropecuárias, programas implantados após várias reuni-



Confira a entrevista completa na revista eletrônica do CREA-PR

ões e pleitos da Ocepar junto ao governo federal.

Destaco entre tantos ramos de atuação o do crédito, que em 2009 conquistou a Lei Complementar nº 130, que reconheceu no cooperativismo de crédito um sistema único, estabelecendo incentivos para a consolidação do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo. O cooperativismo transforma sonhos em realidade. Pela cooperação, é possível construir uma sociedade mais justa, igualitária, solidária e voltada ao bem de todos.

Quais os planos de atuação do Sistema junto às cooperativas, à sociedade e à gestão pública?

O Sistema Ocepar é muito ativo na interlocução com as cooperativas no levantamento de demandas, proposição de ações de intercooperação, fomento de ações sociais, esportivas, recreativas e de ampliação das opções de renda dos cooperados e parcerias dos municípios em que as cooperativas atuam para a melhoria de vida dos habitantes. A Ocepar pauta sua atuação de forma proativa. Em conjunto com as principais entidades que atuam no Paraná e com nossa entidade maior, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), trabalhamos nas principais demandas nacionais. Um exemplo são as propostas já apresentadas a cada Plano Agrícola e Pecuário e Plano Safra que trazem as políticas de apoio às cooperativas e cooperados nos projetos de financiamentos, seguro rural, geração de renda, sustentabilidade, construção de armazéns e políticas públicas. Nossa atuação não se restringe apenas a causa cooperativista, participamos diretamente com assento em Conselhos como o CREA-PR, de Contribuintes, Câmaras Técnicas, Junta Comercial, G7, Fórum Permanente Futuro 10 Paraná e Sebrae/PR.

Como o senhor avalia a parceria com o CREA-PR?

É uma parceria fundamental para contribuirmos para que avanços aconteçam e cheguem até a sociedade. Tanto a Ocepar quanto o CREA-PR trabalham na defesa dos interesses dos seus respectivos setores, sem perder de vista os anseios da população. São ações que buscam alternativas de renda, oportunidades de trabalho e negócios para os cooperados e na defesa dos profissionais. Temos no CREA-PR uma participação direta de um profissional da nossa área técnica e que tem contribuído para que essa convergência de interesses se intensifique cada vez mais. Afinal, são muitas as atividades desenvolvidas pelas nossas cooperativas que dependem da atuação do Conselho, como a fiscalização dos profissionais da assistência técnica agrônoma, projetos de Engenharia das agroindústrias, dos armazéns, do crédito rural e esta aproximação das entidades ajuda na melhoria dos trabalhos prestados às cooperativas e à sociedade em geral. ►

80 anos de representatividade

CREA-PR completa oito décadas de atuação em defesa dos mais de 80 mil profissionais paranaenses das áreas tecnológicas

Por Ana Maria Ferrarini



A trajetória dos 80 anos de atuação do CREA-PR está intrinsecamente ligada à história do desenvolvimento e transformação do Paraná. As ações e projetos do Conselho nas últimas oito décadas foram fundamentais para a evolução e planejamento de um Estado que se encontra em posição nacional privilegiada, principalmente quando se trata de economia, indústria, serviços, agricultura, emprego, tecnologia, pesquisa e inovação.

A atribuição institucional de fiscalizar o exercício dos profissionais das áreas tecnológicas tem sido desempenhada com rigor, eficiência e maestria pelo CREA-PR, e coloca a entidade como referência em gestão. Atingiu representatividade ímpar também perante a defesa do bem estar da população. As ações de fiscalização são responsáveis por colocar o Paraná em posição de destaque em relação a obras de expressiva importância na transformação do Estado. Exemplos são a hidrelétrica de Itaipu, o Porto de Paranaguá, a malha rodoviária, o sistema de saneamento básico, obras na construção civil, na agricultura, na indústria, no agronegócio e nas cadeias produtivas, entre tantas outras.

Ao longo desses 80 anos, o CREA-PR enfrentou os desafios surgidos pela evolução tecnológica, como o aumento da população, problemas ambientais, sociais e econômicos e se manteve firme na posição de vanguarda e coadjuvan-



Linha do Tempo do CREA-PR



te no progresso e desenvolvimento sustentável do Estado. A atuação do Conselho colaborou para que o Paraná se mantivesse na posição de grande produtor de alimentos, atingisse suficiência na geração de energia e telecomunicações, se tornasse polo industrial em vários segmentos, além de conquistar expressivo crescimento na área de serviços, comércio, educação e tecnologia.

O trabalho desenvolvido pelo Conselho tem contribuído para o crescimento dos municípios por meio de projetos realizados em parceria com os gestores públicos e entidades de classe, nas áreas de planejamento urbano,

acessibilidade, plano diretor, habitação, meio ambiente, entre outros, sempre com foco na melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Com ações visando a valorização profissional, promove também programas e cursos de qualificação, com os objetivos de capacitar, aperfeiçoar e treinar os profissionais para que desempenhem com qualidade serviços em sua área de atuação.

São oito décadas de um trabalho profícuo, ético e técnico, voltado para a construção de um Estado sólido, preparado para o futuro. ▶

“Nesses 80 anos, o CREA-PR vem cumprindo fielmente sua função em defesa da sociedade, coibindo a ação de leigos nos domínios da Engenharia, da Agronomia e das Geociências (e até então, da Arquitetura), impondo aos profissionais habilitados normas de conduta pautadas pela obediência a preceitos éticos coerentes com a dignidade de suas profissões.”

Arquiteto Armando de Oliveira Strambi

“Na minha gestão, desenvolvi um trabalho de interiorização do CREA-PR, divulgando o Conselho entre as empresas, indústrias e sociedade. Isso levou a uma fiscalização intensa, possibilitando a abertura de mais postos de trabalho. Destaco ainda o começo da fiscalização na área da Agronomia, até então inexistente. Creio que conseguimos criar uma expectativa em torno de um Conselho até então inexpressivo, que passou a ser notado por todas as empresas, órgãos públicos e sociedade, até chegar a posição que ocupa atualmente”.

Engenheiro civil Rubens Curi

“O CREA-PR se tornou uma importante referência, digo até um porto seguro, aos paranaenses e conquistou o respeito da população, iniciativa privada e pública, principalmente das instituições. Não apenas pela sua função institucional de fiscalizar a atuação e o exercício do profissional de Engenharia, mas principalmente pelo seu papel determinante na defesa da sociedade.”

Engenheiro agrônomo Álvaro Cabrini Jr

“Em meados da década de 80, entrei no CREA-PR como suplente do professor Euro Brandão. Permaneci por 12 anos como conselheiro, vice-presidente e presidente. Muito embora, às vezes, decepcionados que ficamos com o cipoal legal impeditivo e o tamanho das tarefas que nos impediram de atingir um nível melhor, acredito que, com o auxílio dos colegas e funcionários que, então compunham a instituição, conseguimos melhorá-la de forma que outros pudessem, a partir daquele patamar, levar o CREA-PR para a situação de destaque que hoje se encontra.”

Engenheiro civil Orlando Maciel Strobel

1966

CONFEA institui a obrigatoriedade da ART, considerado um marco para o funcionamento do CREA-PR.

Governo federal sanciona a Lei nº 5.194, que regulamenta o exercício das áreas de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Inclui-se no Sistema CONFEA/CREA a profissão de Engenheiro Agrônomo.

Promulgação da Lei nº 4.950-A/66, que institui o salário mínimo de profissionais diplomados em Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

1974

Realizada a primeira Semana Oficial de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (SOEAA) no Paraná.

“ Ao longo de 80 anos, o CREA-PR marcou sua posição como vanguarda das mudanças necessárias, assumindo, sempre de forma destemida, as inovações. Tive o privilégio de liderar nosso CREA-PR por dois mandatos e posso afirmar que a grande marca desse período foi o espírito fraterno e cooperativo dos profissionais que sempre nos ajudaram, mesmo em lutas mais renhidas e complexas, como pela não-privatização da Copel. ”

Engenheiro agrônomo Luiz Antonio Rossafa

“ Toda a profissão regulamentada tem sua responsabilidade com a sociedade e soberania nacional. O CREA-PR, que é um exemplo em gestão e sistema organizacional, tem cobrado essa responsabilidade por meio da fiscalização que assegura e resguarda o bom exercício profissional em defesa da sociedade. ”

Engenheiro civil Francisco José Teixeira Coelho Ladaga, conselheiro federal e presidente da Associação Brasileira de Engenheiros Civis (Abenc)

“ O CREA-PR é a garantia de que as construções e serviços de Engenharia serão executados por profissionais habilitados. ”

Engenheiro civil Nivaldo Barbosa de Lima, presidente do Colégio de Entidades Regional (CDER) e da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Maringá (AEAM)

Presidentes do CREA-PR

- 1934 - 1936 – Eng. civ. Flávio Suplicy de Lacerda *
- 1937 - 1938 – Eng. civ. Gustavo Goulin *
- 1938 - 1939 – Eng. civ. Arnaldo Izidoro Beckert *
- 1940 - 1942 – Eng. civ. Raul Zenha de Mesquita *
- 1943 - 1953 – Eng. civ. Rubens Pereira Reis de Andrade *
- 1953 - 1957 – Eng. civ. Alberto Franco Ferreira da Costa *
- 1958 - 1963 – Eng. civ. Joaquim Queiroz Cunha *
- 1964 - 1966 – Eng. civ. Olivio Zagonel *
- 1967 - 1969 – Eng. civ. Orlando Gonçalves *
- 1970 - 1972 – Eng. civ. Elato Silva *
- 1973 - 1978 – Arq. Armando Strambi
- 1979 - 1984 – Eng. civ. Rubens Curi
- 1985 - 1990 – Eng. civ. Ivo Mendes Lima *
- 1991 - 1996 – Eng. civ. Orlando Maciel Strobel
- 1997 - 1999 – Eng. civ. Ivo Gilberto Martins
- 2000 - 2005 – Eng. agr. Luiz Antonio Rossafa
- 2006 - 2011 – Eng. agr. Álvaro J. Cabrini Junior
- 2012 - 2014 – Eng. civ. Joel Krüger

* (in memorian)

“ Quando fui presidente, comemoramos 65 anos do CREA-PR e foi neste período que implantamos algumas ações relevantes, como a revista do Conselho, a fiscalização preventiva e integrada, o convênio Campo Fácil, o call center, a aquisição de 11 sedes próprias para inspetorias, a descentralização com postos nas ruas da cidadania em Curitiba, além de intervenções nas instalações, rotinas, comunicação, estrutura do Conselho, valorização profissional, execução e implantação do plano de cargos e salários. Enfim, nosso CREA-PR era e continua sendo referência nacional. Parabéns CREA-PR, e parabéns presidente Krüger. ”

Engenheiro civil Ivo Gilberto Martins



Assembleia Legislativa homenageia CREA-PR

Gestores públicos reconhecem contribuição do Conselho para o desenvolvimento do Estado

Por Felipe Augusto Pasqualini

O CREA-PR foi homenageado em junho pelos seus 80 anos, durante sessão plenária da Assembleia Legislativa. A proposição foi do deputado estadual e engenheiro agrônomo Rasca Rodrigues (PV), acatada por unanimidade por todos os deputados. “Não poderia deixar de lembrar esta data tão importante para os mais de 80 mil profissionais ligados ao CREA-PR que atuam no Paraná. São 80 anos de bons serviços prestados à sociedade paranaense”, disse Rasca durante a homenagem.

A sessão plenária contou com a participação do presidente Krüger, do presidente na gestão 2006/2011, engenheiro agrônomo Álvaro Cabrini Jr, além de conselheiros e funcionários do Conselho. Ao lado do deputado Rasca Rodrigues, o presidente da Assembleia Legislativa, Valdir Rossoni (PSDB), entregou um quadro de homenagem ao CREA-PR. “Faço aqui um sincero agradecimento a todos os profissionais da Engenharia, da Agronomia, das Geociências, aos tecnólogos e aos técnicos



de nível médio que fazem parte do nosso Sistema”, disse Krüger em seu discurso. Ele também destacou o papel do CREA-PR no apoio de temas de interesse da sociedade. “Sempre atuamos em questões fundamentais como, por exemplo, na defesa de instituições paranaenses como a Copel e a Sanepar, ambas de interesse estratégico para o desenvolvimento do Paraná”, destacou. Ele encerrou sua fala defendendo o papel fiscalizador do CREA-PR como uma forma de proteger a sociedade e os seus profissionais. “Nos últimos dois anos, foram 128 mil obras fiscalizadas. Em 2014,

queremos atingir 80 mil obras, contribuindo para a defesa da sociedade além de melhores condições de oportunidade de trabalho para os profissionais que representamos”, ressaltou.

Rasca destacou a relevância dos profissionais das áreas envolvidas pelo CREA-PR para o desenvolvimento econômico do Paraná. “Desde os anos 30, os profissionais que o CREA-PR abarca foram fundamentais para a construção das nossas cidades, estradas, usinas, no desenvolvimento agrícola e de tantas outras áreas. Esta homenagem é justa e merecida”, concluiu. ▶



Plenária histórica

Homenagens marcaram cerimônia solene, prestigiada por conselheiros, ex-presidentes e funcionários

Por Daniela Licht. Fotos: Temaphoto

A sessão plenária realizada no dia 10 de junho, na sede do CREA-PR em Curitiba, marcou o início das comemorações dos 80 anos do Conselho, celebrados oficialmente no dia 11 de junho. Há exatos 80 anos, o CREA-PR realizou sua primeira sessão plenária, na sede do Instituto de Engenharia do Paraná, conduzida pelo engenheiro civil Flávio Suplicy de Lacerda, primeiro presidente do Conselho.

Prestigiada por conselheiros, conselheiros federais, ex-presidentes do CREA-PR e funcionários, além de autoridades como o deputado estadual e engenheiro agrônomo Rasca Rodrigues, a plenária foi iniciada com a entrega de placas comemorativas ao presidente do CONFEA, engenheiro civil José Tadeu da Silva, aos ex-presidentes arquiteto e urbanista Armando Strambi (gestão 1973-1978), engenheiro civil Orlando Maciel Strobel (1991-1996) e engenheiro agrônomo Álvaro José Cabrini Júnior (2006-2011); ao conselheiro federal

e engenheiro civil Francisco José Teixeira Coelho Ladaga, ao conselheiro estadual e engenheiro civil Pedro Nelson (representando os conselheiros do Plenário), a responsável pelo DECOP, Roseli Santin, e ao assessor administrativo da Gestão de Qualificação Profissional e da Ouvidoria e assessor da Câmara de Mediação e Arbitragem, Newton do Rocio Strojenski (representando os funcionários do CREA-PR).

“Quando o CREA-PR iniciou suas atividades, o Paraná tinha 1,2 milhão de habitantes, contra os cerca de 11 milhões atuais. O Conselho e os profissionais da Engenharia, Agronomia e Geociências, tecnólogos e técnicos estavam presentes em momentos históricos como a criação da Copel, da Sanepar, da antiga Telepar e tantos outros fatos brilhantes da Engenharia. Independente da época e do contexto social, nossos mais de 80 mil profissionais registrados seguem ativamente na luta pelo desenvolvimento do Estado. Todas as profissões reunidas de

maneira harmônica avançam dia após dia nos trabalhos em prol dos profissionais paranaenses das áreas tecnológicas”, explanou o presidente Krüger, que também destacou o trabalho realizado por todos os ex-presidentes que o antecederam.

“Nesta data, enalteço o trabalho das entidades de classe que integram o CREA-PR, bem como o histórico muito positivo de conselheiros federais, que têm qualificado as decisões do nosso plenário. Da mesma forma, a participação fundamental do Paraná, através do Colégio de Entidades Regionais (CDER) na edição das resoluções nº 1.052 e 1.053. O Brasil precisa de Engenharia para progredir e, como sempre, o Paraná é um exemplo a ser seguido”, acrescentou o presidente do CONFEA, engenheiro civil José Tadeu da Silva.

“O CREA-PR foi importante em diversos momentos da política paranaense e é respeitado pela classe política do Paraná. Ocupando apenas 2,3% do território nacional, o Paraná



consegue ser referência em diversas áreas graças à inteligência dos profissionais do Sistema CONFEA/CREA, que ajudaram a erguer este Estado”, afirmou o engenheiro agrônomo e deputado estadual Rasca Rodrigues, que recebeu das mãos do assessor de assuntos estratégicos do CREA-PR, engenheiro eletricista Luiz Carlos Correa Soares, um exemplar do livro “Uma Contribuição para Planos de Desenvolvimento do Paraná”. O livro foi entregue a todos os conselheiros e será encaminhado aos gestores públicos de todo o Estado.

“O Conselho é um ambiente de muito aprendizado e nós do IEP vimos o CREA-PR crescer e se fortalecer. É um privilégio trabalhar em conjunto e participar da sua história”, comentou o engenheiro civil Cássio Ribas de Macedo, presidente do Instituto de Engenharia do Paraná (IEP).

“O CREA-PR é uma história de boas gestões e a presença de tantos ex-presidentes nesta sessão mostra a continuidade de um processo de valo-

rização profissional seguido por todos que aqui estão”, disse o conselheiro federal e engenheiro civil Francisco José Teixeira Coelho Ladaga.

“Este é um momento de comemorar e fazer uma reflexão sobre nossas atividades. Em nome dos ex-presidentes, agradeço o presidente Krüger pelo trabalho e por manter o CREA-PR na vanguarda da responsabilidade, da ética e da inovação”, enalteceu o ex-presidente, engenheiro agrônomo Álvaro Cabrini Junior.

Em sua fala, o ex-presidente, arquiteto e urbanista Armando Strambi recordou das mudanças ocorridas durante sua gestão, como o Ato 20, que determinou o preenchimento das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) e resultou em um grande salto na arrecadação, mudando o perfil das entradas no Conselho. “Dentro deste contexto, o trabalho dos inspetores foi primordial para levar estas novas informações às entidades de classe, a partir da interiorização do

Conselho”, lembrou.

“Esta homenagem hoje recebida deve ser estendida a todos os conselheiros que contribuem para que o CREA-PR exerça sua missão dentro de uma relevância nacional. A cada dia me impressiono como são aguerridos aqueles que aqui estão, guerreiros incansáveis de uma atividade que é o voluntariado”, agradeceu o engenheiro civil Pedro Nelson. “Tenho orgulho em fazer parte da história do CREA-PR e saber que contribuí com o seu desenvolvimento. Cada presidente, conselheiro e funcionário soube fazer bem o seu trabalho e colaborar para tornar o Conselho um modelo entre os demais CREAs nacionais”, comentou a homenageada Roseli Santin.

Ao final da solenidade, o presidente Krüger fez o descerramento das placas instaladas no Plenário em homenagem aos 80 anos. Uma delas contém o nome de todos os conselheiros titulares e suplentes que compõe o Plenário em 2014. ▶





Joel Krüger prestigia com profissionais a instalação da placa comemorativa aos 80 anos do CREA-PR



Deputado Rasca Rodrigues recebe exemplar do livro Uma Contribuição para Planos de Desenvolvimento do Paraná, das mãos de Luiz Carlos Correa Soares



Presidente na gestão 2006/2011, Álvaro Cabrini recebe homenagem do diretor tesoureiro, André Luis Gonçalves



Ex-presidente Armando Strambi recebe homenagem das mãos do engenheiro agrônomo Orley Jayr Lopes, 1º vice-presidente do CREA-PR



Presidente na gestão 1991/1996, Orlando Strobel recebe homenagem do vice-presidente, Herivelto Moreno

Pequenas Centrais Hidrelétricas e Microgeração

Seminário debate políticas para aproveitamento dos potenciais hidrelétricos de baixo impacto ambiental

Por Daniela Licht

O coordenador nacional da Câmara Especializada de Engenharia Elétrica e da Câmara Estadual (CEEE) do CREA-PR, [engenheiro eletricista Sérgio Luiz Cequinel Filho](#), representou o Conselho no Seminário Nacional sobre as Pequenas Centrais Hidrelétricas e Microgeração, realizado em abril em Brasília, na sede da Câmara dos Deputados.

O evento foi promovido pela Frente Parlamentar Mista em Defesa das Pequenas Centrais Hidrelétricas e Microgeração e debateu medidas e políticas públicas para o efetivo aproveitamento dos potenciais hidrelétricos de baixo impacto ambiental.

Na foto, Michelle Palladino (engenheira eletricista, Conselheira Federal), Darlene Leitão e Silva (engenheira eletricista, Conselheira Federal), Sergio Luiz Cequinel Filho (engenheiro eletricista), José Tadeu da Silva (engenheiro civil, Presidente do CONFEA), Francisco José Teixeira Coelho Ladaga (engenheiro civil, Conselheiro Federal) e Ana Constantina Oliveira Sarmento de Azevedo (engenheira eletricista, Conselheira Federal). ▶



Divulgação

Sistema CONFEA/CREA firma convênio com ABNT

Profissionais terão desconto de 50% na aquisição de normas

Por Felipe Augusto Pasqualini

Está em funcionamento o convênio firmado pelo Sistema CONFEA/CREA e Mútua com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para a consulta, visualização e aquisição das normas da ABNT pelos profissionais das áreas tecnológicas.

Os profissionais registrados e adimplentes quanto à anuidade terão um desconto de 50% na aquisição de normas. Antes da aquisição da norma técnica, o profissional poderá visualizar a norma na íntegra por 15 segundos por página até o tempo máximo de 10 minutos, sem direito a impressão.

Para imprimir ou visualizar sem limite de tempo, o profissional deve adquirir a norma com o desconto possibilitado pelo convênio. Para usufruir deste benefício, o acesso deve ser efetuado pelo site www.abntcatalogo.com.br/confea. Além da visualização e aquisição com desconto, os profissionais também serão beneficiados com descontos de 15% nos cursos da Grade de Capacitação da ABNT.

As inspetorias e postos de atendimento do CREA-PR disponibilizam aos profissionais o acesso às normas para visualização na íntegra e com tempo ilimitado. ▶



Divulgação

O Direito social à moradia e sua interface com o programa Casa Fácil

Igor Tadeu Garcia – igorgarcia@crea-pr.org.br
Procurador do CREA-PR

O direito à moradia integra o catálogo de direitos sociais previstos no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, o qual prevê em seu texto que: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.” Esclareça-se que referido direito adquire no Estado Democrático de Direito importância vital para dignificação do ser humano, exigindo dos poderes públicos prestações positivas em benefício daqueles carentes de recursos. Isso através de políticas públicas, destinação de recursos e assistência técnica gratuita. Assim, não há que falar em dignidade humana ao cidadão ou entidade familiar que não possua uma moradia ou que a possua, porém irregular e insatisfatória aos padrões de qualidade e segurança. Disciplina o direito social à moradia o chamado mínimo vital, ou seja, o piso necessário que todo ser humano carece possuir para exercer sua liberdade existencial e autodesenvolver-se no plano individual e social.

Contudo, apesar da previsão constitucional e de sua latente imprescindibilidade, inúmeras famílias brasileiras continuam à margem e alheias a esse direito de primeira ordem. Ora por falta de recursos para construir ou reformar suas moradias. Ora por ausência de apoio técnico ao correto levantamento e manutenção das edificações. Neste contexto, acentue-se, que para muito além de um prédio ou edificação fechada, compartimentada - de fato erguida, o direito social à moradia demanda segurança e legalidade em sua efetivação, uso e gozo. A moradia há de ser corretamente construída, seguindo-se rigorosamente os padrões técnicos exigidos, bem como as leis que regem as edificações e as profissões regulamentadas das engenharias. As taxas de poder de polícia devem ser reco-

lhidas, os alvarás e demais documentos são importantes ao inventário, conformação e manutenção daquele que será o asilo - o núcleo familiar inviolável. Sem isso, ter-se-á não uma garantia, mas uma situação a se regularizar ou a se desfazer com o tempo, as intempéries e intervenções dos poderes públicos. De um direito fundamental consolidado constitucionalmente passará a existir deveres e responsabilidades, os quais são contrários ao ideário traçado pelo constituinte de 1988, que visou em primeira e última análise elevar o ser humano por meio de uma adequada e segura moradia. Inseridos neste propósito constitucional de efetivar o direito social à moradia em solo paranaense, o CREA-PR juntamente com as entidades de classe das engenharias e vários Municípios lançaram o programa Casa Fácil. Programa institucional que tem beneficiado ao longo dos anos inúmeras famílias com assistência técnica gratuita, entregando aos cidadãos de baixa renda uma habitação digna, segura e, sobretudo, legalizada. Essas parcerias fundamentadas na Lei nº 11.888/2008 e nas Resoluções do CONFEA cumprem o comando constitucional acima citado, fazendo de seus partícipes verdadeiros agentes modificadores da realidade social que nossa Constituição Federal rejeitou expressamente. Da leitura da Lei nº 11.888/2008 extrai-se que o objetivo do legislador foi assegurar às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitações de interesse social. Nesta linha, os convênios Casa Fácil têm por finalidade estabelecer compromissos entre as partes signatárias, objetivando facilitar o acesso da população de baixa renda às condições necessárias para a construção ou reforma de moradias populares com o atendimento à legislação municipal referente à ocupação e uso do solo e à legislação federal que disciplina a obrigatoriedade de responsável técnico por projetos e execução de obras e serviços na área de edificações. Logo, com o programa Casa Fácil o direito social à moradia ganhou um eficaz instrumento de realização e conformação constitucional. ▶



Cadastre seus artigos no link
Revista Técnico Científica do site
www.crea-pr.org.br

CREA-PR lança livro com resultados do projeto Paraná Futuro

Obra tem como proposta contribuir com planos de desenvolvimento do Estado

Por Ana Maria Ferrarini

Está disponível no site do CREA-PR o livro “Uma Contribuição para Planos de Desenvolvimento do Paraná”, resultado do estudo Paraná Futuro, coordenado pelo assessor da Presidência do Conselho, engenheiro electricista Luiz Carlos Correa Soares. A tiragem relativamente reduzida da versão impressa está sendo distribuída para os membros do Plenário, para Regionais e Inspetorias do Conselho e também para entidades de classe, instituições de ensino e órgãos, empresas e instituições públicas. O Paraná Futuro tem por objetivo contribuir na modelagem, elaboração e construção de um formato de destino para o Estado na busca do bem-estar, com observância da qualidade técnica e respeito ao meio ambiente.

O livro contém uma síntese analítica de um acervo com mais de dois milhões de informações oriundas de dados básicos obtidos de instituições de pesquisas estaduais e nacionais, indicadores de variação calculados para o período abrangido pelo estudo, ranqueamentos de indicadores entre municípios e respectivas relativizações em termos estaduais e s. O conteúdo abrange importantes temas setoriais, tais como recursos naturais, infraestrutura, produção, população, formação e aspectos socioeconômicos dos 399 municípios paranaenses, assim como os seus respectivos totais estaduais. “Um estudo dessa



natureza e dimensão deve estar em permanente processo de ampliação, aprofundamento e atualização”, diz Soares. “E, por via de consequência, deverá permanecer sempre atento e aberto a contribuições no sentido de uma construção cada vez mais adequada ao atendimento dos interesses profissionais, sociais e econômicos dos paranaenses”.

Ele julga já estar preparado para contribuir com subsídios importantes na realização de debates setoriais ou regionais ou regionais/setoriais, referentes a aspectos temáticos do estudo, inclusive com vistas às eleições estaduais de outubro de 2014. “A ideia é contribuir para a construção de uma visão abrangente e objetiva do desen-

volvimento justo, democrático e solidário do Estado”, argumenta.

O estudo – que faz uma radiografia infraestrutural, produtiva e socioeconômica do Paraná – é resultado de mais um significativo esforço do CREA-PR no sentido de dar sua contribuição ao processo de pensar o desenvolvimento do Paraná, pesquisando e direcionando o olhar às necessidades do estado. O projeto Paraná Futuro se propôs a desenhar a evolução socioeconômica paranaense a partir da primeira década deste século e estabelecer um olhar de passado e presente, porém com foco no futuro. “Não se trata de um programa ou plano de governo, mas sim de uma ferramenta para planejamentos referentes ao Paraná”, ressalta Soares. ▶



Acesse o livro na íntegra

Como está a acessibilidade do transporte público?

CREA-PR fiscaliza condições em todo Estado e identifica necessidade de melhorias

Por Ana Maria Ferrarini

Na primeira quinzena de junho, o CREA-PR realizou nas cidades de Curitiba, Maringá e Foz do Iguaçu a Operação de Fiscalização Especializada (OFE) de transporte público e acessibilidade, executada pelos agentes fiscais do Departamento de Fiscalização (DEFIS) do Conselho.

A ação teve o objetivo de fiscalizar os espaços e os equipamentos urbanos relacionados ao tema, para averiguação do cumprimento da legislação e Normas Técnicas referentes à Acessibilidade no Transporte Coletivo. O Decreto Federal nº 5.296/2004 prevê que a frota de veículos de transporte coletivo rodoviário e a infraestrutura dos serviços deste transporte deverão estar totalmente acessíveis no prazo máximo de 120 meses a contar da sua data de publicação. “O prazo determinado encerra em dezembro de 2014 e uma das verificações a ser feita diz respeito ao cumprimento desse Decreto em relação à frota de transporte coletivo acessível, com vistas a normas técnicas específicas sobre o assunto”, explica a gerente do Departamento de Fiscalização (DEFIS) do CREA-PR, Vanessa Moura.

soas com limitações de locomoção (idosos, mulheres com carrinho de bebê, pessoas com muletas ou bengalas) e pessoas com deficiência. Percebem-se calçadas irregulares e deficiências na compatibilização dos estudos técnicos e projetos das empresas responsáveis pelos equipamentos, mobiliário, veículos e, até mesmo, na área de urbanismo.

“O relatório final com o resultado do trabalho será divulgado em breve e deverá servir de base para tomada de decisão aos órgãos responsáveis com relação à melhoria nos acessos aos meios de transporte coletivo”, diz a agente de fiscalização engenheira civil Claudia Squaris, presente na ação.

O presidente da Associação dos Deficientes Físicos do Paraná, Mauro Nardini, participou da ação e testou o elevador para cadeirantes das estações tudo Getúlio Vargas e Westphalen, além do acesso a estes locais. “Percebo, enquanto usuário, muitas irregularidades que dificultam o acesso à plataforma. Uma delas é a ausência de travessia para pedestre para facilitar a chegada ao tubo, principalmente na Avenida Marechal Floriano Peixoto”, fala. “Considero mui-

to importante esta fiscalização para que se melhore a acessibilidade para a pessoa com locomoção limitada e que utiliza o transporte coletivo”, acrescenta.

O trabalho foi acompanhado por representantes da URBS, Prefeitura Municipal de Curitiba, Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Instituto de Engenharia do Paraná (IEP), bem como por profissionais da Câmara Especializada de Engenharia Mecânica do CREA-PR.

Também em Curitiba, a OFE foi realizada no Terminal do Cabral, baseada em normas da ABNT em relação à acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, incluindo terminais de transporte coletivo. “Verificamos que existem pontos no entorno do Terminal do Cabral que precisam ser ajustados para ampliar a acessibilidade. E, ainda, trajetos próximos ao local que dificultam o acesso de usuários que devem ser melhorados, inclusive, porque a Associação Paranaense de Reabilitação fica perto do terminal e registra grande fluxo de pessoas com deficiência e acompanhantes que utilizam o transporte coletivo”, comenta Claudia.

Fiscalização na capital

Em Curitiba, a fiscalização passou por duas estações-tubo e um ponto de ônibus. A equipe do CREA-PR preliminarmente constatou que existem alguns problemas no entorno desses locais que dificultam o acesso, embarque e desembarque de passageiros. A maior dificuldade está relacionada às pes-



Divulgação

OFE em Maringá

Em Maringá, a OFE passou por três etapas: pontos de ônibus, garagem da empresa de ônibus e terminal de ônibus urbano.

“Aplicamos o check list em quatro diferentes pontos de ônibus da cidade, verificamos o interior, peças, plataforma, situação e quantidade da frota da empresa que opera na cidade e fatores relativos à edificação e acesso da tripulação ao terminal”, explica o agente de fiscalização engenheiro civil Alexandre Traina Barroso.

Segundo ele, as maiores desconformidades dizem respeito aos pontos de ônibus. “Constatamos muitos pisos irregulares, sem faixa tátil de alerta nem informações em braille, outros pontos sem cobertura para acomodar cadeirantes”, diz. “Pelo que verificamos, quase 100% da frota possui plataforma elevatória e a previsão é de que até 2014 o restante esteja completo. O terminal também precisa passar por algumas melhorias, mas nada tão grave quanto a situação dos pontos de ônibus”, informa Barroso.

Ação na cidade das cataratas

“Os levantamentos possibilitam apontar os itens que atendem e os que não atendem às normas de acessibilidade. Verificamos as vagas acessíveis, as guias rebaixadas, a rota acessível, o mobiliário, os pontos de parada de ônibus e os desníveis”, conta o facilitador do DEFIS, engenheiro agrônomo Ricardo Araujo. Segundo ele, os ônibus não estão totalmente adaptados, entretanto ainda estão dentro do prazo de adaptação. “O representante da empresa Transportes Urbanos Balan Ltda, presente no ato, solicitou cópia do check list utilizado pela fiscalização, para verificar posteriormente se os demais veículos da frota atendem às normas e para possibilitar as adaptações ainda antes do término do prazo estipulado pelo Decreto”, fala.

Ainda que a adaptação dos ônibus esteja em andamen-



to, outros itens apresentaram inconformidades, como o Terminal de Ônibus Pedro Antonio de Nadai, pontos de ônibus, o Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu e o Parque Nacional Iguaçu. “O terminal não possui piso tátil, nem guichê de atendimento preferencial ou assento preferencial. Os pontos de ônibus não possuem assento preferencial e apresentaram piso irregular”, conta o agente de fiscalização do CREA-PR, engenheiro cartógrafo Ricardo Vilar Neves. “O aeroporto é um dos casos que não dispõe de assento preferencial e a inclinação da rampa de acesso entre o ponto de ônibus e a porta de entrada é maior que 8,33%. Por fim, constatamos que o Parque Nacional Iguaçu não possui nenhum item relativo à acessibilidade. Ao vistoriar o ponto de ônibus e a região de entrada do parque verificou-se que não há guia rebaixada, assento adequado, rampas, piso tátil”, acrescenta.

“Esta fiscalização inédita do CREA-PR, que envolve a área de engenharia mecânica e engenharia civil ao mesmo tempo na questão da acessibilidade, vem demonstrar que os aspectos técnicos dos equipamentos sejam ônibus, plataformas, vem sendo atendidos e provavelmente teremos uma frota plenamente adaptada nas localidades verificadas no prazo do Decreto, o que não acontece quando analisamos os aspectos relativos aos equipamentos urbanos, como terminais e estações/pontos de ônibus. Nestes casos, continua evidente a morosidade ou incapacidade dos agentes públicos responsáveis em cumprir os normativos. Grande parte disso é reflexo tanto da deficiência na quantidade de engenheiros existentes nos quadros técnicos dos municípios para garantir a correta elaboração e compatibilização de projetos, quanto da fiscalização da execução desses projetos”, conclui Vanessa. ▶

Licenciamento espeleológico: atualizações na legislação e os desafios na atuação profissional

Henrique Simão Pontes - henriquegeografo@gmail.com
Geógrafo e Espeleólogo
Consultor Ambiental da Pitangu Consultores Associados Ltda



O licenciamento espeleológico ainda é pouco conhecido e praticado em diversas regiões do Brasil, como também no Paraná. Recentes alterações no Decreto nº 99.556/1990, que dispõe sobre a proteção das cavidades subterrâneas do território nacional, através do Decreto nº 6.640/2008, redimensionaram o panorama de procedimentos técnico-metodológicos para o licenciamento ambiental em áreas com potencial espeleológico.

A necessidade oriunda da indústria, comércio, setor imobiliário e da população em geral por recursos minerais, exige, indispensavelmente, supressão de áreas naturais para extração de calcário, talco, areia, diabásio, granito e outras rochas e minerais. Este panorama obriga a necessidade de aumentar a produção do setor da mineração, abrindo novas áreas de exploração. Consequentemente, com a união da atualização na legislação, exigindo estudos espeleológicos para licenciamento ambiental, a demanda do mercado



em alta e a expansão da produção mineral, a prestação de serviços de consulto-

ria espeleológica ganhou destaque nos últimos anos.

O decreto prevê que a localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades (independente de seu tamanho), considerados efetiva ou potencialmente poluidores ou degradadores de cavidades subterrâneas e sua área de influência, no âmbito de sistema cárstico, dependerão de prévio licenciamento pelo órgão ambiental competente. Além disso, toda caverna com grau de relevância máximo e sua área de influência não podem ser objeto de impactos negativos irreversíveis.

Com a necessidade de estudos específicos para licenciamento ambiental espeleológico, os profissionais das geociências, com especialidade na área de espeleologia, podem exercer seus serviços desenvolvendo trabalhos de topografia de cavidades subterrâneas; identificação de rochas; depósitos minerais; solos; depósitos clásticos; classificação e estudo de feições espeleogenéticas; estudos hidrológicos e hidrogeológicos; levantamentos geomorfológicos (envolvendo a morfologia dos relevos cársticos em superfície e em ambiente subterrâneo); identi-

ficação de áreas de risco geológico, a exemplo de áreas com ocorrência de dolinas e depressões no terreno; mapeamentos cársticos; elaboração de planos de gerenciamento de áreas cársticas; entre outros.

No Paraná este nicho de trabalho ainda é pequeno, necessitando uma atualização no quesito legal e conceitual por parte das empresas e dos órgãos públicos, devendo ser exigido o estudo de sistemas cársticos e a identificação da relevância de cavidades subterrâneas para fins de licenciamento ambiental, seguindo os critérios da atual legislação. O que resta agora é a adequação das partes envolvidas no processo de licenciamento ambiental espeleológico com a legislação vigente. Este ajuste deve acontecer com o setor público, no qual os órgãos ambientais devem passar a exigir firmemente a realização destes levantamentos; com o setor privado, onde as empresas devem reconhecer a importância da contratação de profissionais qualificados para a prestação de serviços de consultoria espeleológica; e também com os geocientistas, atualizando suas bases teóricas, técnicas e metodológicas, prestando assim, um serviço de excelência ao mercado. ▶

▶ Veja imagens na revista eletrônica do CREA-PR

Brasil mantém a liderança mundial da soja

Dados da Expedição Safra mostram que meta de 45 milhões de toneladas safra 2013/14 deve ser batida

Por Daniela Licht



Expedição nas Regionais do CREA-PR

Com o apoio do CREA-PR, o Agronegócio Gazeta do Povo promoveu no final de 2013 um ciclo de palestras nas regionais do Conselho para discutir a infraestrutura logística de armazenagem e escoamento da produção, um dos principais gargalos e também um fator limitante à competitividade do agronegócio no Brasil.

A proposta foi discutida, junto com os profissionais paranaenses e com a presença de especialistas, todos os elos da cadeia produtiva a infraestrutura como um investimento responsável e economicamente sustentável. “Unindo o levantamento de dados da Expedição Safra com o apoio técnico do Conselho, conseguimos valorizar as profissões e inserir as entidades de classe da Agronomia neste importante debate”, comenta o presidente Krüger.

Os encontros tiveram como parceiros o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP), Perfipar, Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) e as associações dos engenheiros agrônomos das cidades sedes dos eventos.

Mais informações:

www.expedicaosafra.com.br

Desenvolvida pelo Agronegócio Gazeta do Povo (do Grupo Paranaense de Comunicação/GRP-COM), a Expedição Safra está na estrada desde o ciclo 2006/07 e consiste em levantar de forma técnica-jornalística a produção de grãos da América do Sul à América do Norte.

A sondagem periódica percorre 14 Estados brasileiros, mais as regiões produtoras dos Estados Unidos, Paraguai, Argentina e Uruguai. Para ampliar a discussão de mercado, nas últimas duas safras os técnicos e jornalistas estenderam o trabalho de campo com incursões à Europa (Alemanha, Holanda, Bélgica e França), China e Índia.

Prestes a consolidar os números da safra 2013/14, a Expedição prevê ainda duas viagens neste ciclo, rumo ao continente africano. Além deste roteiro, a Expedição também visitará os portos do Arco Norte, para conferir, entre outras informações, as condições de logística e escoamento da produção. Entre os pontos levantados pelo es-

tudo, está a continuidade do Brasil em 2014 na liderança mundial como exportador de soja. A estimativa inicial, de exportar 45 milhões de toneladas, deve ser alcançada, mas dados da Expedição Safra preveem que o número pode chegar a 48,5 milhões de toneladas embarcadas.

“Nos últimos dez anos, a produção nacional de soja cresceu 67%, mas as exportações quase dobraram, com um aumento de 95%”, explica o coordenador da Expedição, Giovani Ferreira. Para ele, a tendência é que a participação brasileira no mercado internacional de grãos continue crescendo na próxima década. “No caso da soja, devemos exportar 80 milhões de toneladas já nos próximos anos. O milho teve um recuo neste ano, mas deve continuar estável em cerca de 20 milhões de toneladas. É uma grande conquista se considerarmos que o Brasil praticamente não exportava milho no início da década”, pondera.

Semente é a chave para o sucesso de uma lavoura bem implantada

Praticidade de manejo aliada à alta produtividade vai ao encontro das necessidades dos produtores

Por Cristina Lucchini

Ao colocar uma semente na terra, o produtor espera que ela germine e que tenha a melhor produtividade possível. Mas, por trás da apresentação de uma cultivar, está um minucioso processo de produção genética, que garante ao agricultor a comodidade e a produtividade que ele procura. O [engenheiro agrônomo e mestrando em Fitotecnia da Universidade Estadual de Londrina \(UEL\), Guilherme Renato Gomes](#), destaca que o processo de produção genética das sementes é uma fase que antecede a produção de sementes em si. “Muitos pensam que, ao se conduzir de forma competente um campo destinado a sementes, já se tem material capaz de produzir plantas de alto desempenho agrônômico. No entanto, o que não deve deixar de analisar é que, antes da multiplicação de qualquer material, ocorre todo um trabalho de engenharia genética necessário à produção do mesmo, mais importante que as demais etapas, pois não tem sentido multiplicar uma genética que não seja produtiva”, explica.

Com a engenharia genética se realiza a inserção de genes desejáveis que originarão uma nova genética, onde, após sua validação, utilizam-se as sementes genéticas obtidas pelo melhorista para realização da multiplicação e posterior lançamento da nova cultivar no mercado. É um processo detalhado e caro e, deste modo, a semente é considerada um veículo transmissor de tecnologia, seja ela de cultivares amplamente semeadas no mercado, como também de novas cultivares.

Segundo Gomes, as cultivares possuem um teto máximo de produção intrínseco geneticamente e que não pode ser ultrapassado. “O que deve ser buscado a todo momento é que a semente produza uma planta saudável e que o manejo desta planta seja adequado para que, desta forma, ela expresse todo seu potencial produtivo contido geneticamente na semente que a originou”, completa.

O primeiro passo

Pode-se dizer que a semente representa o início do êxito de uma lavoura bem implantada. Apresentando custos compatíveis com os benefícios que traz, ela deve ser vista como a parte mais importante do planejamento produtivo anual do agricultor, pois, se bem selecionada e manejada, culminará em produtividade e renda elevadas.

Segundo Gomes, o agricultor, de modo geral – seja grande ou pequeno – está convencido da importância de investir em uma semente de qualidade





para alcançar melhores resultados em produtividade e é receptivo às novas cultivares desenvolvidas. “O produtor costuma visar a praticidade do manejo aliada à produtividade. A semente que oferecer essas condições será a escolhida por ele, independente do custo. Os programas brasileiros de financiamento da produção agrícola, inclusive, condicionam esses produtores a realizarem esses investimentos”, afirma.

E, vale lembrar, que o sucesso da produção agrícola nacional - com sucessivas safras recordes de grãos -, não seria consolidado sem a utilização de sementes que produzam plantas de alto desempenho agrônomico. “Hoje, as sementes apresentam altos níveis tecnológicos, atendendo a grande demanda do sistema produtivo. A evolução tecnológica na área é constante e a tendência é que esse panorama permaneça continuamente desta forma”, analisa o engenheiro agrônomo.

Processo de desenvolvimento

A produção de novas genéticas de sementes no Brasil ocorre por intermédio de empresas privadas e públicas. O setor privado costuma apresentar maior rapidez na produção, uma vez que o volume financeiro do qual dispõe é maior e mais frequente. “Além do que, as empresas privadas sempre buscam um maior e mais rápido retorno no capital que investiram, fazendo com que acelerem seus processos de produção e registro de produtos junto ao Ministério da Agricultura”, acrescenta Gomes. O desenvolvimento das sementes também é beneficiado por parcerias entre instituições, universidades e empresas de biotecnologia, com o objetivo de buscar soluções pontuais. Já o lançamento de sementes de novas cultivares no mercado, de acordo com o Gomes, costuma ser restrito. “Isso se dá, inicialmente, por parte dos próprios detentores da nova genética que, após produzirem suas sementes, cedem para parceiros realizarem a multiplicação e desta forma aumentarem o volume e a oferta do novo material no mercado. Por outro lado, muito se espera da reação e procura das novas sementes por parte dos produtores, contribuindo em parte por esta restrição”.

Para que o engenheiro agrônomo possa buscar a atualização necessária nessa área, os dias de campo costumam ser ferramentas interessantes. É uma boa forma de visualização do comportamento da semente no campo e também o método mais eficiente de conversar com os produtores e sentir sua expectativa frente a essas novas sementes. “Assim, o profissional consegue diagnosticar a necessidade do agricultor e fazer a melhor recomendação a ele”, finaliza Gomes. ▀



Fundamental ao progresso do agronegócio brasileiro

Engenheiro agrícola aplica conhecimento à realidade do campo

Por Ana Maria Ferrarini

O Brasil é um dos maiores produtores de alimentos do mundo e nos últimos anos, a produção agrícola é a responsável pelo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. A agricultura tem sido apontada como importante atividade para o bom desempenho da economia brasileira. Esse cenário faz do engenheiro agrícola um profissional bastante requisitado para o mercado de trabalho. Ao ensinar técnicas e conhecimentos empregados no gerenciamento de processos agropecuários, a engenharia agrícola se torna peça fundamental para o crescimento do agronegócio. Portanto, ao deixar os bancos universitários, o engenheiro agrícola tem condições e capacidade para projetar, implantar e administrar técnicas e equipamentos necessários para garantir a produção agrícola. Além disso, aplica os conhecimentos e métodos na armazenagem e construção de silos, armazéns e estufas, levando ao campo soluções inovadoras e eficazes para melhorar a produção, sem se descuidar do desenvolvimento sustentado da agricultura, propondo a adoção de medidas que impeçam a erosão, o esgotamento do solo e a poluição de mananciais.

O engenheiro agrícola é um dos profissionais mais importantes em todas as etapas do agronegócio, do planejamento da produção à comercialização do produto. O presidente da Associação Brasileira dos Engenheiros Agrícolas (ABEAG), Valmor Pietsch, garante que o mercado de trabalho tem absorvido bem o engenheiro agrícola, principalmente devido às suas atribuições. “Estamos falando de construções rurais, hidrologia, irrigação, drenagem, energização rural, mecanização agrícola e armazenamento, processamento de produtos agrícolas, solução de problemas ambientais, tratamento e destinação final dos resíduos, na gestão e qualidade da água e do solo ou na recuperação de áreas degradadas”, fala.

Também há boas oportunidades nos setores agropecuário e agroindustrial, para trabalhar em pesquisa, geração e desenvolvimento de sistemas de produção e seus componentes tecnológicos. De acordo com Pietsch, que também é vice-presidente da Associação Paranaense dos Engenheiros Agrícolas (APEAG), nota-se uma crescente contratação desses profissionais para cargos de responsabilidade ou mesmo de gerência na área ambiental, em usinas siderúrgicas, mineradoras e até em empresas petrolíferas. Pietsch conta que a boa aceitação do profissional pelo mercado se dá em razão da sua formação básica em diversos ramos das engenharias, o que possibilita que, além de dar adequada solução ao problema ambiental, possa intervir no processo produtivo, de forma a minimizar distorções.

Pietsch alerta que não se deve confundir as funções do engenheiro agrícola com as do engenheiro agrônomo. “São profissionais distintos. O primeiro implemen-

ta a Engenharia da cidade no campo. Usa técnicas para aproveitamento do solo, busca a preservação dos mananciais, planeja e executa obras de irrigação, combate à erosão e drenagem. Também trabalha na mecanização da agricultura, em projetos de eletrificação, edificações rurais e armazenagem de produtos. Já o segundo, é um profissional de grande conhecimento em biologia e química (fertilizantes, agroquímicos, fitotécnica, dentre outros). Enfim, o engenheiro agrícola é um engenheiro para fins rurais”, define. Segundo ele, a ABEAG vem trabalhando em alterações de leis, principalmente federais, para a inclusão do engenheiro agrícola nos órgãos públicos, não apenas para valorizar o profissional, mas também para que ele passe a contribuir com o Sistema CONFEA/CREA.

Para o presidente da Associação Paranaense dos Engenheiros Agrícolas (APEAG), Osvaldo Kuczman, o agronegócio depende do profissional de engenharia agrícola. “Como o setor vem apresentando excelentes resultados, o mercado de trabalho está muito favorável aos engenheiros agrícolas”, observa. Kuczmann diz que, no Paraná, que possui um agronegócio de nível avançado, as oportunidades existem, porém, é no restante do Brasil que as vagas de trabalho são mais numerosas. “Nas novas fronteiras agrícolas o engenheiro agrícola é procurado nas mais diversas áreas, mas principalmente na administração de fazendas”, destaca.

É isso se deve à excelente formação nas áreas de física e matemática. “O engenheiro agrícola é muito solicitado para atuar na administração rural, em projetos de elementos de máquinas agrícolas e sua concepção, projetos e construção de

silos, agricultura de precisão, controle de poluição agroindustrial, projetos de irrigação e biodigestores e georeferenciamento”, enfatiza.

Kuczmann afirma que a APEAG tem vigiado a não inclusão do profissional em vários concursos públicos. “Percebe-se que existem órgãos que

deixam de colocar vagas para o engenheiro agrícola. E pensar que o Paraná é um dos mais importantes Estados na agropecuária. Além disso, e acima da qualificação específica dos quadros profissionais de alguns órgãos públicos, está o corporativismo de outras profissões”, enfatiza. ▶



Unioeste

Engenharia agrícola na Unioeste é destaque nacional

Criado em 1979, o curso de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste/Campus de Cascavel) está entre os melhores do Brasil. Com 35 anos de existência, tem formado cerca de 30 profissionais por ano. “Podemos considerar o curso da Unioeste maduro e com qualidade equiparada aos melhores do país”, coloca o professor Alfredo Petruski, coordenador do curso. Ele lembra que na avaliação anual do Guia do Estudante/Editora Abril, o curso foi classificado com cinco estrelas.

Para o professor, a expressiva produção agroindustrial do Oeste e a rápida absorção de novas tecnologias favorecem o processo de formação e justificam a demanda por profissionais desta área. “Soma-se a isto um quadro promissor de grandes empresas e cooperativas instaladas nesta região do Estado”, comenta. Segundo ele, a concepção básica de um profissional formado na Unioeste é estar apto a aplicar a Engenharia na realidade agrícola, com construção do conhecimento a partir do cálculo e da física. Petruski lembra que várias profissões das ciências agrárias, inclusive a engenharia agrícola, colaboram na sustentação e expansão do agronegócio, que responde por parcela significativa do PIB nacional. Ele afirma que várias instituições, especialmente públicas, têm aberto novos cursos de engenharia agrícola no país. Atualmente são 27. “Embora a profissão possa ser considerada recente, acreditamos que o mercado é promissor, e a expectativa de uma maior divulgação do curso em foco, bem como de seus objetivos, configura uma perspectiva positiva”, conclui. ▶



▶ Veja mais detalhes sobre o curso da Unioeste

Energia de biomassa

Tecnologias buscam o aprimoramento da geração de energia de diferentes fontes

Por Adriana Mugnaini

A dependência de recursos energéticos demanda a diversificação das fontes de acesso. A busca por alternativas eficazes de produção e distribuição de energia se tornou essencial, devido à escassez de recursos. Esta questão passa pelo estudo e o uso da biomassa, que é matéria viva. Segundo o professor convidado no curso de Pós-Graduação em Gestão em Energia da Universidade Positivo, físico Maurício Cantão, costuma-se dividir a biomassa como fonte de energia tradicional e moderna. “Em geral, o uso tradicional da biomassa envolve a combustão direta para geração de energia térmica ou elétrica. Já o uso moderno se baseia em processos desenvolvidos recentemente. A lista é grande, mas dois exemplos interessantes são o etanol da segunda geração e a produção de óleo combustível a partir de microalgas”, explica. Segundo o Balanço Energético da Copel de 2010, o consumo de energia primária no Paraná em 2009 foi de 6.353.000 tep (tonelada equivalente de petróleo). As três fontes primárias no Estado são produtos de cana, resíduos de madeira e lenha. A biomassa representa 88% da fonte primária no Paraná, enquanto que no Brasil foi de 66% em 2010. O consumo de energia secundária no Paraná em 2009 foi de 9.726.000 tep. As fontes de energia secundária baseadas em biomassa são carvão vegetal (0,5%) e etanol (8%). No Brasil, o carvão vegetal representou 3% e o etanol, 8%.

Pela diversidade da matriz energética

Como outros Estados, o Paraná tem oportunidades na conversão de resíduos sólidos urbanos nas metrópoles e nas pequenas cidades. O mesmo ocorre com as novas tecnologias de produção de energia a partir da biomassa, e o Estado conta com alguns grupos de pesquisa nas universidades que estudam métodos de produção e de aplicação desta energia. Também há resíduos de biomassa, sendo o principal deles o bagaço de cana, da indústria e de atividades agrícolas. “O diferencial do Paraná se encontra na atividade agrícola, prova disso é o fato de que o nosso balanço energético indica a produção e consumo de resíduos de madeira, que não aparece explicitamente no balanço nacional do Ministério de Minas e Energia (MME). Outro projeto interessante é o da Itaipu Binacional, de produção de biogás a partir da digestão anaeróbia de dejetos de suínos e produção de eletricidade a partir da combustão deste biogás. Há outras oportunidades no mesmo setor, como a digestão anaeróbia de cama de aviário, a produção de briquetes a partir de serragem, digestão de outros dejetos animais e de efluentes de estação de esgoto”, conclui Cantão. “A diversidade em nossa matriz energética, diante de todos os problemas e crise energética, da ausência de planejamento e investimentos no setor ao longo dos últimos anos, torna-se primordial e estratégica ao desenvolvimento do País”, fala o engenheiro eletricista Sérgio Cequinel Filho, coordenador nacional das Câmaras Especializadas de Engenharia Elétrica. “Esta energia pode colaborar em sistemas isolados, onde há dificuldades de levar energia, principalmente em lugares mais distantes em que os custos de operação e manutenção nos setores de transmissão e distribuição de energia podem ser mais elevados. A utilização de fontes alternativas como a biomassa também pode ser uma das soluções e contribuir, ainda que de forma discreta, para o alívio do Sistema Elétrico Brasileiro (SEB), além de passar a ser uma fonte de negócio bastante interessante para investidores que queiram comercializar energia com as concessionárias”, finaliza. ▀



Números no Paraná

ENERGIA TOTAL

16.793.000 tep (100%)

OUTRAS FONTES

584.000 tep (3,5%)

ELETRICIDADE

2.200.000 tep (13%)

PRODUTOS DA CANA

3.347.000 tep (20%)

BIOMASSA FLORESTAL (resíduos e lenha)

3.443.000 tep (20,5%)

DERIVADOS DE PETRÓLEO

7.219.000 tep (43%)

Iluminação pública a cargo das Prefeituras

Responsabilidade está na Constituição Federal de 1988 e o prazo, até final de 2014, já foi prorrogado duas vezes pela ANEEL

Por Adriana Mugnaini

As prefeituras dos municípios brasileiros terão até o dia 31 de dezembro deste ano para assumir os ativos da iluminação pública. Assim, a partir de 2015, os gestores públicos municipais serão os responsáveis por ações como a troca de luminárias, manutenção de postes, lâmpadas, reatores, relés, gestão de projetos, implantação, expansão, instalações, manutenção e consumo de energia. A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) está atendendo à Constituição, que definiu que a iluminação pública é responsabilidade do município e, para isso, permite a cobrança da Contribuição de Iluminação Pública (CIP). O cronograma de transferência está previsto no artigo 218 da Resolução Normativa nº 414/2010, que trata dos direitos e deveres dos consumidores de energia elétrica.

De acordo com a gerente da Regional Curitiba do CREA-PR, engenheira agrônoma Adriana Casagrande, na maioria dos municípios paranaenses a manutenção da iluminação pública já está sob a responsabilidade das Prefeituras. “É essencial manter um canal de comunicação com os consumidores, pois, além de ser uma questão técnica, este é um assunto de segurança para a comunidade”, diz.

Esta responsabilidade gerará novas tarefas às gestões municipais. Muitas delas terão que rever suas estruturas e quadros funcionais para absorver mais este trabalho. “O CREA-PR tem chamado a atenção para que os municípios estejam preparados para prestar este serviço à população de forma segura e competente. O primeiro passo será investir em equipamentos e na contratação de um responsável técnico habilitado em seus quadros próprios. Este profissional coordenará tanto a execução do planejamento das ações das prefeituras quanto a fiscalização dos contratos das empresas que prestarão os serviços de manutenção ao município”, diz Adriana

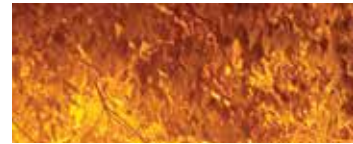
na. A avaliação é que diversos municípios ainda não estão preparados, especialmente aqueles com menos de 80 mil habitantes. Os desafios são diversos, como a escassez de profissionais e problemas orçamentários.

CREA-PR colabora com transição

O Conselho trabalha junto às Prefeituras e Câmaras Municipais para abordar a Iluminação Pública e a Eficiência Energética. O propósito é dialogar com as regiões para o entendimento destes novos conceitos.

A Câmara Especializada de Energia Elétrica (CEEE) e o Departamento de Fiscalização (DEFIS) do CREA-PR realizaram ações para debater a eficiência energética. “A participação dos fiscais dentro da CEEE tem sido fundamental para a execução de um ótimo trabalho teórico e prático. O estreitamento nas discussões técnicas está sendo bastante satisfatório, tanto que o manual de fiscalização de Engenharia Elétrica também está sendo revisado em uma ação conjunta”, explica o engenheiro eletricista Sérgio Luiz Cequinel Filho, coordenador da CEEE do CREA-PR.

O debate em torno do assunto iniciou em 2010, quando a CEEE fez contribuições para o Plano Nacional de Eficiência Energética (PNEf). Também foi elaborada uma cartilha sobre o tema e organizado um evento nacional sobre a questão. “Podemos mapear as realizações de projetos e serviços como consultorias, diagnósticos e até capacitações voltadas à energia elétrica em todo o Paraná. As prefeituras terão um enorme desafio, que envolve a manutenção da iluminação pública e a gestão de projetos. O maior beneficiado é o cidadão, que saberá a quem recorrer de maneira mais próxima e direta”, afirma Cequinel. ▶



Carlos Borba



Confira a entrevista completa e baixe a cartilha de Eficiência Energética do CEEE

Dinheiro existe, mas é preciso planejamento

Recursos a fundo perdido são alternativa para incrementar políticas públicas nos municípios

Por Ana Maria Ferrarini

A realidade brasileira mostra que grande parte das prefeituras municipais sofre com a carência e a incapacidade de captar recursos para atender às demandas da sociedade. As escassas receitas tributárias próprias dificultam ainda mais a formulação de políticas públicas, bem como a contratação de empréstimos para financiar as melhorias necessárias ao desenvolvimento econômico e social dos municípios.

Uma forma de captar investimentos para obras públicas são os chamados recursos a fundo perdido, tecnicamente designados de transferências voluntárias, advindas do Orçamento Geral da União (OGU). “São recursos que o Governo Federal repassa aos municípios e que não retornam aos cofres públicos. Isto é, o município não devolve com juros porque não são financiamentos ou empréstimos”, explica o engenheiro civil Renato Revoredo Delgado, coordenador de Engenharia da Caixa Econômica Federal (CEF).

De acordo com ele, os municípios podem solicitar os recursos pelo Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (Sincov – www.convenios.gov.br). “É uma ferramenta eletrônica que reúne e processa informações sobre as transferências de recursos para órgãos públicos e privados sem fins lucrativos. Esse repasse acontece por meio de contratos e convênios destinados à execução de programas, projetos e ações de interesse comum”, assegura. O Sinconv é um instrumento que facilita a obtenção de recursos e está atrelado a instituições bancárias federais como, por exemplo, Banco do Brasil e CEF, com um leque de programas à disposição dos administradores.

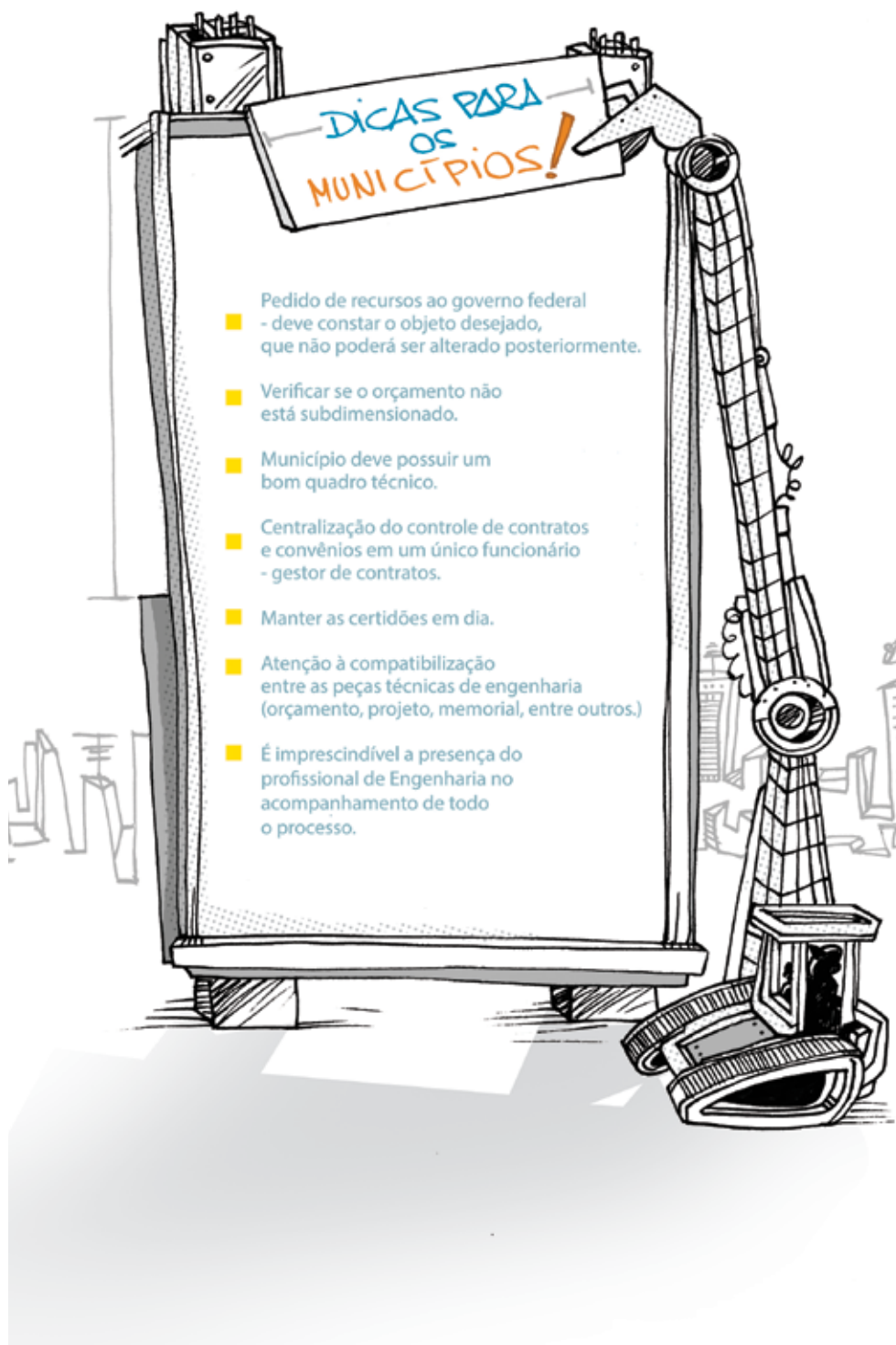
Segundo Delgado, o Paraná consolida cerca de 500 contratos por ano com recursos classificados como fundo perdido por meio da CEF, direcionados a diversos tipos de obras, variando de R\$ 500 mil a vários milhões de reais. Como exemplo, todas as obras de infraestrutura do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e da Copa do Mundo. Apenas na região Noroeste do Paraná, de 1988 a 2011, o banco gerenciou valores anuais entre R\$ 10 milhões e R\$ 70 milhões. “Em termos gerais, para todo o Estado, foram repassados cerca de R\$ 200 milhões por ano. O prazo médio entre a contratação do recurso e a prestação de contas final tem sido de 42 meses, incluindo os prazos de início e de conclusão das obras”, explica.

Projetos eficientes garantem recursos

Para o engenheiro agrônomo Álvaro Cabrini Junior, assessor técnico de Planejamento, da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano (SEDU), a aprovação dos recursos passa impreterivelmente pela apresentação de bons projetos. Ele recomenda aos prefeitos que pleiteiam essas transferências contarem com um bom quadro técnico, em especial de Engenharia. “Daí a importância dos engenheiros das mais variadas áreas na elaboração desses projetos”, pontua Cabrini, lembrando que os projetos devem ter como foco ações e obras para incrementar políticas públicas como infraestrutura, meio ambiente, saneamento básico, ocupação territorial e desenvolvimento urbano e social.

Ele informa que as fontes de recursos são inúmeras e, principalmente, internacionais. “Quando nacionais, normalmente fazem parte de políticas públicas com verbas específicas destinadas a algum fim. Usualmente, os governos criam essas alternativas nos orçamentos para determinados programas, ou se valem de verbas disponíveis em fundos financiáveis ou perdidos, mas para isso precisam de projetos e leis específicas e programas para implementá-los”, explica.

Como exemplo, Cabrini cita o programa paranaense de micro bacias hidrográficas de 1990, financiado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e pelo Paraná Urbano, por meio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). “Existem inúmeras fontes de recursos a fundo perdido no Brasil e, principalmente, no exterior para os mais variados fins. Porém, para ter acesso a eles, é necessário bons projetos”, reforça. ■



EPEC apresenta novo formato em 2014

Com programação idealizada pelo CDER, 40ª edição do Encontro promete maior aprofundamento dos debates

Por Daniela Licht

O ano de 2014 representa um marco para o Encontro Paranaense de Entidades de Classe (EPEC), evento que chega a quatro décadas de realização sob a iniciativa do CREA-PR. Agendado para 6 e 7 de novembro, no Mabu Thermas & Resort de Foz do Iguaçu, o 40º EPEC será acompanhado por cerca de 90 entidades de classe de todo Estado e terá novamente como foco a troca de experiências em prol da sustentabilidade, bem como a melhoria da gestão destas organizações.

Neste contexto, o papel do Colégio de Entidades Regional (CDER) do CREA-PR tem se mostrado fundamental. De acordo com o coordenador adjunto e presidente da Associação Norte Paranaense de Engenheiros Civis

(ANPEC), engenheiro civil Nilton Batista Prado, a intenção do Colegiado é chegar a um formato mais técnico do que o de anos anteriores. “Esta nova proposta consiste em reunir os profissionais por Câmaras Especializadas, aprofundando as discussões e trazendo-as para perto da realidade de cada um”, explica. “Nossa expectativa é muito positiva, pois este modelo foi apresentado às entidades e bastante elogiado. Faremos a formatação da programação no começo do segundo semestre e o posterior encaminhamento ao CREA-PR, que ficará encarregado de operacionalizá-la. Tenho certeza que este 40º EPEC será muito proveitoso”, acrescenta.

Tradicionalmente, o evento será encerrado com a 7ª edição do Prêmio CREA de Qualidade (PCQ), momento único onde são consolidados os avanços e a melhoria contínua nas gestões das associações.

Segundo o gerente do Departamento de Relações Institucionais (DRI) do CREA-PR, administrador Claudemir Marcos Prattes, a expectativa é que neste ano seja registrada a maior participação da história do PCQ, com mais de 60 entidades de classe presentes. “O Paraná tem sido referência nacional quando se trata de gestão de entidades de classe. Inúmeros avanços estão sendo consolidados ano após ano, com a constatação de um significativo crescimento nas entidades, que vêm ampliando suas atuações e se tornando um exemplo. Sentimos orgulho em fazer parte destas conquistas, firmando o CREA-PR como um parceiro no desenvolvimento das entidades de classe”, conclui. ▶



Colegiado ativo

Novos coordenadores do CDER mantém a proposta de uma atuação firme em prol dos profissionais

Por Daniela Licht



A partir de uma ação inovadora, o Colégio de Entidades Regionais (CDER) do CREA-PR foi implantado em abril de 2012 e contabiliza alguns grandes feitos (ver box abaixo).

“Considero a criação do CDER um avanço enorme para os profissionais, que passaram a ter acesso irrestrito ao CREA-PR. Suas necessidades são transmitidas ao Conselho pelo colegiado de forma rápida e ágil, trazendo benefícios aos profissionais da Engenharia”, comenta o novo coordenador estadual e presidente da AEAM, engenheiro civil Nivaldo Barbosa de Lima.

“O CDER teve importância fundamental em ações

como a aprovação da proposta de reformulação da Resolução nº 1032 e na implantação do convênio Agiliza Obras em cinco municípios paranaenses”, enaltece o gerente do Departamento de Relações Institucionais (DRI) do CREA-PR, administrador Claudemir Marcos Prattes. Os novos coordenadores definiram como diretrizes do período 2014/2015 a realização de uma campanha estadual para captação de novos sócios para as entidades de classe; contribuir com a ampliação dos convênios de engenharia pública, participar e contribuir com a Ação de Valorização das Engenharias no Setor Público e seguir com a atuação junto ao Corpo de Bombeiros. ►

Conquistas do CDER

- Aprovação de nova resolução que regulamenta os convênios e os repasses financeiros do CREA-PR às entidades de classe (ECs) e instituições de ensino (IEs)
- Disponibilização de serviços eletrônicos exclusivos às ECs
- Disponibilização pelo CREA-PR da plataforma de Ensino à Distância para a realização de cursos criados pelas ECs
- Destinação de espaço institucionais às ECs na Revista CREA-PR
- Integração com o Corpo de Bombeiros e criação de Grupo de Trabalho e das Câmaras Técnicas de Saneamento e Mobilidade Urbana para dar suporte às ações
- Implantação do Fórum Estadual de Engenharia Pública
- Criação dos Grupos Temáticos Regionais de Energia Solar, Integração com os Técnicos e do Cadastro Ambiental Rural (CAR)
- Organização e controle do Encontro Paranaense de Entidades de Classe (EPEC) e do Prêmio CREA da Qualidade (PCQ)



Conheça os novos coordenadores do CDER

Aprecarização do trabalho observada nas obras governamentais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com a morte de trabalhadores nos canteiros e a submissão a situações humilhantes, traz novamente à tona a importância de ações em defesa da segurança do trabalhador.

Dados registram 40 mortes de operários em acidentes ocorridos em 21 das grandes obras – como as usinas de Jirau e Santo Antônio (RO) –, que, juntas, somam R\$ 105,6 bilhões em investimentos.

“Ao que tudo indica, as obras para a Copa do Mundo e Olimpíadas seguem pelo mesmo caminho”, diz o presidente da Associação Paranaense dos Engenheiros de Segurança do Trabalho (APES), engenheiro de segurança do trabalho Flávio Freitas Dinão.

No Brasil, o número é quatro vezes maior do que o registrado no período que antecedeu o Mundial de 2010, disputado na África do Sul. Oito operários morreram nas obras da Arena Corinthians, no estádio Mané Garrincha, na Arena da Amazônia e no Centro de Convenções do Amazonas.

De acordo com Dinão, o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), lançado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), em parceria com o Ministério Público e Ministério da Saúde, Previdência Social, Trabalho e Emprego (MTE), procura reverter este cenário. “É hora de agir e exigir investimento em prevenção. Pelo direito de recusar qualquer tipo de trabalho que coloque em risco sua integridade física e pela responsabilização civil e criminal das empresas que mutilam e matam seus trabalhadores”, defende.



Segurança no ambiente de trabalho

Programa do Governo visa antecipar e controlar riscos e registra empresas cientes da importância do tema

Por Daniela Licht

A APES sugeriu ao MTE a exigência na participação no programa por parte das empresas. “Uma vez formulado, deve ser enviado ao MTE, que terá o registro do interesse das empresas em realizar o mínimo de ações proativas no campo de prevenção de acidentes e promoção da saúde dos trabalhadores”, diz. “Este programa antecipa, reconhece, avalia e controla a ocorrência de riscos que venham a existir no ambiente de trabalho”, completa.

Para o coordenador da Câmara Especializada de Engenharia de Segurança do Trabalho (CEEST) do CREA-PR, engenheiro de segurança do trabalho, Antonio Cezar Carvalho Benoiel, iniciativas como as do TST e do CSJT são louváveis, mas não passam de paliativos. “Em pleno século XXI, ainda convivemos com o trabalho infantil e o trabalho análogo ao escravo. As mutações nas relações do trabalho decorrentes do mundo globalizado têm trazido consequências particularmente graves em países com agudas desigualdades sociais como o Brasil”, explica. Para ele, os direitos trabalhistas ainda são encarados como empecilhos para a obtenção de lucro e concentração de riqueza. “Enquanto a segurança e a saúde dos trabalhadores nos locais de trabalho não for pauta prioritária da política pública de governo, ações como estas terão efeito pontual em uma questão histórica de desrespeito”, acrescenta. A CEEST tem entre suas funções julgar os casos de infração da Lei, no âmbito de sua competência profissional específica, bem como infrações do Código de Ética, aplicar as penalidades e multas previstas e elaborar as normas para a fiscalização das respectivas especializações profissionais. “Mas, acima de tudo, buscamos esclarecer aos profissionais sobre a importância referencial de proteger com nossas ações a vida dos trabalhadores”, conclui Benoiel. ▶

Leia os pontos do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA)



Referência em acessibilidade

Debate com sociedade e gestores públicos sobre o tema norteia ações desenvolvidas pelo Conselho em todo o Estado

Por Daniela Licht

Acessibilidade permeia as ações desenvolvidas pelo CREA-PR e torna o Conselho uma referência nacional na discussão do tema e de como inseri-lo definitivamente nas políticas públicas paranaenses.

Um exemplo é o **Fórum Paranaense de Acessibilidade**, que em 2014 repetiu o sucesso das 24 reuniões realizadas no ano passado. Apenas no primeiro semestre deste ano, o Fórum já contabiliza encontros em Guaratuba, Campo Largo, Uraí, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu (com público recorde de 400 pessoas), Palmas, União da Vitória, Ibaiti, Paranaíba, Telêmaco Borba, Realeza, Dois Vizinhos, Cascavel e Cornélio Procopio.

Ainda, o 3º Seminário Internacional de Acessibilidade (SIA) do CREA-PR, realizado em maio em Curitiba, prestigiado por autoridades e que contou com a palestra do ministro do Supremo Tribunal de Justiça, Sérgio Luiz Kukina, abordando o STJ e os Direitos das PcD.

“O CREA-PR hoje é um modelo no debate da acessibilidade no Brasil, graças ao empenho do presidente Joel Krüger e dos gerentes regionais, que tem dado uma grande contri-



Divulgação

buição para isto”, fala o coordenador do Comitê de Acessibilidade do CREA-PR, engenheiro mecânico Sérgio Yamawaki.

Para ele, o objetivo é conscientizar não apenas as autoridades, mas também a sociedade para a importância da inclusão da acessibilidade no cotidiano da população. “É necessário que cada vez mais recursos sejam alocados nos orçamentos dos três poderes, municipal, estadual e federal, para que toda esta discussão não acabe virando dema-

gogia”, fala Yamawaki.

“Os fóruns são de suma importância, pois é a forma que podemos conscientizar os profissionais e ao mesmo tempo escutar as entidades, as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida e os gestores públicos, para chegarmos a melhor forma de adequar as cidades e que todos tenham seus direitos como cidadãos de ir e vir”, diz a coordenadora da Comissão de Acessibilidade do CREA-PR, engenheira civil Célia Neto Pereira da Rosa. ▶

Agenda Fórum de Acessibilidade/segundo semestre 2014

TELÊMACO BORBA | 8 de agosto

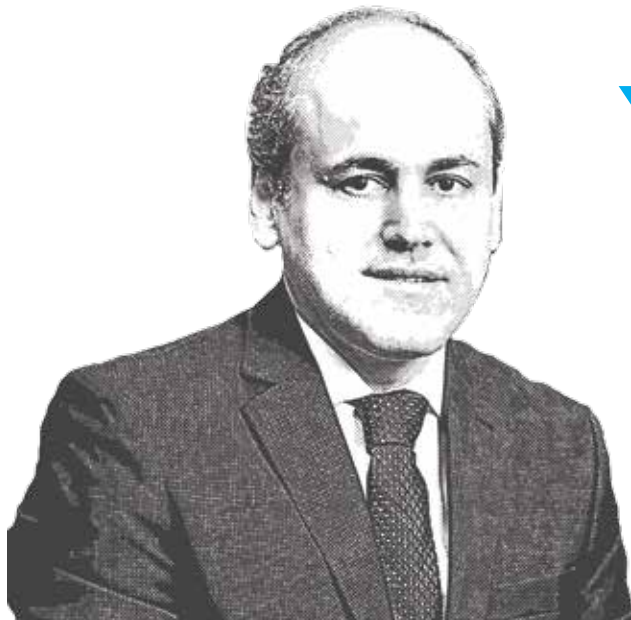
CURITIBA | 12 de agosto

ARAPOTI E JAGUARIAÍVA | 19 de agosto

IRATI | 21 de agosto

CASCATEL | 26 de agosto

Curitiba + 50



Gustavo Fruet, prefeito de Curitiba
gbfruet@pmc.curitiba.pr.gov.br

Reconhecida em todo o mundo pelo planejamento urbano e políticas de sustentabilidade, Curitiba sofreu, na última década, o medo do esgotamento. Terá a cidade perdido a competência criativa? Terá exaurido a capacidade de investir no futuro? Perdeu a mão nas posturas públicas e na disciplina urbanística?

As bases da capital do Paraná, tal como a conhecemos, foram lançadas 50 anos atrás. Essa é a idade da companhia de urbanização, do instituto municipal de administração pública e será, em 2015, a idade do Instituto de Pesquisa Planejamento Urbano de Curitiba (Ippuc). É uma tradição sólida e invejável, que não se perdeu, mas esteve, sim, ameaçada. Nesses 50 anos, a sede da Copa, cidade sorriso, capital ecológica, capital social, em algum momento esqueceu-se de ser simplesmente cidade – espaço coletivo, organizado e vivo, onde os interesses conflitantes devem ser mediados com discernimento. Em duas palavras com múltiplos significados: espaço público. As dores de 2014 são resultado do

movimento político que re colocou Curitiba na condição de espaço público, exibindo com coragem as contradições e exercitando a participação individual e coletiva. Assim, a tarifa do transporte coletivo, tabu também cinquentenário, foi trazida à luz do dia e dissecada. Nas finanças municipais, as dívidas e os riscos passaram a ser informados de modo adulto, abandonando-se o pueril jogo do contente que escondia dos curitibanos a realidade.

Um firme freio de arrumação foi aplicado, para reorganizar Curitiba e permitir a volta do crescimento seguro, com controle social e dentro das melhores práticas urbanísticas e administrativas.

Após um período de ajustes, Curitiba está pronta para se reinventar. O investimento em saúde aumentou

24,3% em 2013. O índice em educação chegou a 27,7% e chegará a 30% até 2016. Os salários dos servidores foram reequilibrados, com a melhora da situação dos que ganham menos, reduzindo a desigualdade no funcionalismo. Com uma economia radical no custeio (luz, água, telefone, combustíveis, entre outros), sem atingir os investimentos, as contas foram reorganizadas e as dívidas foram renegociadas.

Daqui para frente, a cidade poderá seguir crescendo de forma organizada, tanto nas questões urbanísticas quanto nas finanças e nos serviços públicos de saúde e educação, pois o rumo foi corrigido.

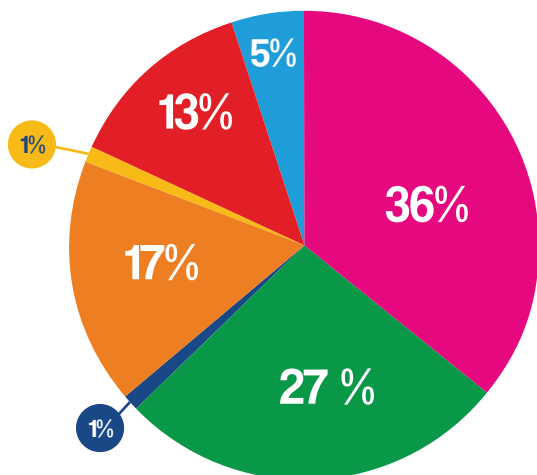
Em 2014, Curitiba revisará seu Plano Diretor, mudará de patamar como destino turístico e fará os maiores investimentos de sua história em transporte coletivo, contemplando ao mesmo tempo os dois extremos da mobilidade urbana: o pedestre/ciclista e o metrô. São atitudes que permitirão um salto na qualidade de vida dos curitibanos.

Os ajustes prosseguirão, pois cidade é um produto dinâmico que nunca está pronto, mas o ponto de inflexão já foi superado. Agora, que arrumou a casa, Curitiba pode se concentrar novamente no futuro. É hora de construir os próximos 50 anos. ▶



Cadastre seus artigos no link
Revista Técnico Científica do site
www.crea-pr.org.br

PERFIL EM NÚMEROS – Onde estão os leitores



MODALIDADES

- Engenharia Civil
- Agronomia
- Agrimensura
- Engenharia Elétrica
- Geologia e Engenharia de Minas
- Engenharia Mecânica e Metalúrgica
- Engenharia Química

QUEM LÊ

- **8 mil** empresas
- **2 mil** formadores de opinião
- Prefeituras
- Câmaras de Vereadores
- Órgãos Públicos, entidades classistas, entidades de classe, instituições de ensino
- TVs, rádios, jornais e revistas
- CREAs de todo o Brasil
- Estudantes membros dirigentes do CREAjr no Paraná
- Disponibilizadas gratuitamente em 29 inspetorias, 2 postos de atendimento e em 8 Regionais do CREA-PR



50 mil profissionais das áreas das Engenharias, Agronomia, Geociências, Técnicas e Tecnológicas

**Há 80 anos
a gente
dá valor
para quem move
nosso trabalho.**



Há 80 anos, o CREA-PR dá valor ao que mais importa para todos: a vida. Para isso, ele começa valorizando seus profissionais. Seja da agronomia, engenharias, geociências, tecnológicas ou técnicas, todos têm seu trabalho reconhecido com oportunidades, melhores condições de trabalho e justa remuneração. Valorizar nossos profissionais move o nosso trabalho e garante um Paraná melhor.



CREA-PR

